

14/06/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Mais Fundeb](#)

[Dinheiro para a educação, melhorando o Fundeb](#)

[Brasil gasta dinheiro das crianças em consumo corrente, diz criador do Pisa](#)

[Incêndio atinge hospital universitário da Bahia, e pacientes são retirados às pressas](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Por um novo consenso na Educação](#)

[Santos Cruz sai e general da ativa assume Secretaria de Governo](#)

[Congresso vê troca como vitória de 'ala ideológica'](#)

O GLOBO - RJ

[MEC diz que não vai negociar valor maior para o Fundeb](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Moreira propõe aumento de imposto e fim de repasse a BNDES](#)

[Grevistas contam com adesão em 170 cidades](#)

Imprensa Estadual

CORREIO DA BAHIA - BA

[Candidatos têm até esta sexta para se inscrever no ProUni](#)

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Termina amanhã o prazo para as inscrições no Prouni 2019.2](#)

MEIO NORTE - PI

[Proposto aumento de contribuição](#)

Agências de notícias e sites

24 HORAS NEWS

[Unemat participa do 64º Fórum Nacional de Reitores da Abruem](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Moro manda Força Nacional proteger prédio do MEC](#)

[Governo retira do Enade referências sobre diversidade](#)

GAZETA DO CERRADO

[Estudo indica que vacina da febre amarela protege contra o Zika vírus](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Sidarta Ribeiro - Parece que hackearam o cérebro do brasileiro](#)

METRÓPOLES

[Candidatos têm até esta sexta-feira \(14/6\) para se inscrever no ProUni](#)

PORTAL ISTOÉ

[Candidatos têm até esta sexta para se inscrever no ProUni](#)

UFRGS

[Informática na Educação inicia oferta de doutorado internacional em universidade](#)

[uruguaia](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Candidatos têm até esta sexta para se inscrever no ProUni](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA SENADO

[Destinação de parte do Fundo Social para ciência e tecnologia é discutida na CCT](#)

[Sugestão de reajuste anual de bolsas de pós-graduação vira projeto de lei na CDH](#)

BROADCAST

[BUSCA POR MESTRADO PROFISSIONAL CRESCE 270% NO BRASIL](#)

GAZETA DE VOTORANTIM

[Busca por Mestrado Profissional cresce 270% no Brasil](#)

CLIPPING



AGÊNCIA GLOBO

[Busca por Mestrado Profissional cresce 270% no Brasil](#)

AMAZONAS+

[Professores da Seduc-AM são selecionados para intercâmbio nos EUA](#)

CORREIO DA AMAZÔNIA - AM

[Professores da Seduc são selecionados para intercâmbio nos EUA](#)

G1

[MEC propõe aumentar repasse de 10% para 15% para o Fundeb](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Pesquisa busca novos larvicidas contra o Aedes](#)

PORTAL AMIRT

[Instituto de Ciências Agrárias da UFMG inicia programa de Mestrado em Alimentos e Saúde](#)

R7

[Brasil tem baixa taxa de escolarização superior, diz Sindicato](#)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

[Encontro Nacional traz pesquisadores internacionais de Letras](#)

Imprensa Estadual

FOLHA DE LONDRINA - PR

[Gestão em Saúde Apucarana](#)

O TEMPO - MG

[Semana de Ciência e Tecnologia](#)

J. DO COMMERCIO - AM

[Pró-reitor da Ufam cobra libertação das amarras burocráticas](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA BRASIL

[Brasil tem baixa taxa de escolarização superior, diz Semesp](#)

AGÊNCIA FOLHA

[Governo propõe subir para 15% complementação da União no Fundeb](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Cidades com universidades têm melhores índices sociais e econômicos](#)

[Tribunal decide que MEC pode contingenciar verba de universidades federais](#)

G1

[UFF pode reduzir número de vagas para 2020 por causa do corte de verbas determinado pelo MEC](#)

[TRF-1 derruba liminar que suspendeu corte de orçamento nas universidades federais](#)

[UFPE e UFRPE recebem parte de verbas bloqueadas pelo MEC em abril](#)

JUSTIÇA EM FOCO

[Justiça Federal suspende cursos de pós-graduação em três instituições no Ceará](#)

METRÓPOLES

[Brasil tem baixa taxa de escolarização superior, diz sindicato](#)

[AGU derruba liminar e contingenciamento em universidades volta a valer](#)

R7

[Brasil tem baixa taxa de escolarização superior, diz sindicato](#)

[TRF1 mantém contingenciamento de verbas de universidades](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Brasil tem baixa taxa de escolarização superior, diz sindicato](#)

[Brasil perde bilhões por ineficiência em educação, diz ex-cotado ao MEC](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Mais Fundeb

Governo emite por fim um sinal auspicioso no campo decisivo do ensino básico

Após funesta sequência de desastros no Ministério da Educação, pelo atual ministro e por seu antecessor, o governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL) emite por fim um sinal auspicioso no campo decisivo do ensino básico.

Quando já se acumulavam dúvidas em torno do futuro do Fundeb, o fundo federativo destinado ao setor, eis que o Planalto anuncia a disposição de elevar a contribuição federal à iniciativa.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/06/mais-fundeb.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Dinheiro para a educação, melhorando o Fundeb

Fundo deve atender cidades mais vulneráveis em estados menos pobres

É comum dizer-se que o Brasil gasta muito com educação e que para um bom ensino não faltam recursos, falta gestão. Isso soa razoável, especialmente considerando-se que o investimento total na área é de 6,2% do PIB, superior ao dos países da OCDE.

Quando analisamos o gasto por aluno, no entanto, a realidade é bem outra. O dinheiro aplicado em educação básica dividido pelo número de alunos é bem inferior ao que investem países mais avançados, diferentemente do que ocorre com o ensino superior.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/claudia-costin/2019/06/dinheiro-para-a-educacao-melhorando-o-fundeb.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Brasil gasta dinheiro das crianças em consumo corrente, diz criador do Pisa Países com alto desempenho em educação convenceram cidadãos a valorizar futuro, diz Andreas Schleicher

São Paulo

A primeira descoberta de Andreas Schleicher —criador do Pisa, teste internacional de aprendizagem – sobre educação de qualidade foi que, por trás de países com alto desempenho, havia governos que convenceram seus cidadãos a valorizar o futuro.

“O Brasil está gastando o dinheiro de suas crianças em consumo corrente”, disse ele, que é diretor do departamento educacional da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) à Folha.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/06/brasil-gasta-dinheiro-das-criancas-em-consumo-corrente-diz-criador-do-pisa.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Incêndio atinge hospital universitário da Bahia, e pacientes são retirados às pressas

Explosão afetou sexto andar de prédio que concentra laboratórios de pesquisa sobre o vírus HIV

Salvador

O hospital Universitário Professor Edgar Santos, conhecido como Hospital das Clínicas, pegou fogo e teve que ser esvaziado na manhã desta quinta-feira (13) em Salvador (BA).

O incêndio representa mais um baque financeiro para a Universidade Federal da Bahia (UFBA), que foi atingida por cortes de 30% nas verbas para investimento e custeio determinados pelo Ministério da Educação.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/06/incendio-atinge-hospital-universitario-da-bahia-e-pacientes-sao-retirados-as-pressas.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ESPAÇO ABERTO

Por um novo consenso na Educação

Deve ser possível fazer muito mais com os 5% do PIB que o Brasil já gasta neste setor

Seis ex-ministros da Educação, em recente nota, falam do grande consenso que teria sido construído no Brasil sobre o setor, que o atual governo estaria desconsiderando. De fato, existe um forte consenso sobre a prioridade que a educação deve ter, e o governo até agora não mostrou uma política para o setor que vá além de cortes orçamentários e posturas ideológicas, diferentemente do que ocorre na economia e na segurança, onde, concordando ou não, existem propostas claras formuladas com o apoio de fortes contingentes de economistas, juízes, promotores e funcionários públicos qualificados.

Mas o consenso é ilusório. Tal como na economia, a educação brasileira, depois de um período de crescimento descontrolado, chegou a um impasse, com milhões de jovens concluindo a educação fundamental semianalfabetos; o ensino médio estagnado e com altíssimas taxas de abandono; um ensino superior público caro, desigual e que não consegue atender a mais do que 25% das matrículas; e um sistema de pós-graduação e pesquisa em grande parte voltado para si mesmo, que cresceu em quantidade, mas não em impacto e relevância científica e econômico-social, com as boas exceções de sempre.

O ponto mais alto deste consenso, segundo os ex-ministros, teria sido o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado por unanimidade pelo Congresso Nacional em 2014, com planos filhotes para cada Estado e município e que se desdobrava em 10 diretrizes e 20 grandes metas, divididas em 244 estratégias específicas, a serem financiadas com 10% do Produto Interno Bruto (PIB). Para acompanhar tudo isso, contava-se com uma grande parafernália de comissões tripartites estabelecidas com as associações de secretários de Educação estaduais e municipais e fóruns permanentes de negociação. Foi

um consenso construído à custa de botar no papel todas as demandas de todos os interessados, e, como escrevi na época com alguns colegas, não havia chance de dar certo, mesmo sem a crise econômica que veio

depois. O PNE é um zumbi que se recusa a morrer, e até que seja devidamente enterrado e substituído por um conjunto pequeno de objetivos realistas e bem definidos não há como a educação brasileira avançar.

Dois exemplos recentes do suposto consenso foram a elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a reforma do ensino médio. A ideia de que todos os estudantes, até determinado nível, precisam compartilhar um conjunto mínimo de conhecimentos, sobretudo no domínio da linguagem, do raciocínio matemático e de familiaridade com as ciências naturais e sociais, é hoje reconhecida em todas as partes. Mas nenhum país, que eu saiba, tem um documento semelhante à BNCC brasileira, com suas 600 páginas e centenas de habilidades e competências que os estudantes deveriam adquirir. É um texto recheado de linguagem empolada, incompreensível ou meramente retórica, como na introdução, na qual se diz que o objetivo é levar à “educação integral”, a partir de uma “visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades”. Compare-se com o Socle Commun francês, de 30 páginas, ou o currículo da Nova Zelândia, resumido em 8 quadros, em linguagem direta e sem adjetivos. A grande lista de assessores, especialistas, colaboradores, pesquisadores, comissões de discussão e leitores críticos mencionados ao final mostra o esforço do MEC de construir um consenso a favor do documento. Só não foram consideradas as críticas mais profundas que chamavam a atenção para a necessidade de chegar a um documento sintético, compreensível e compatível com o estado da arte internacional sobre os processos de aprendizagem.

O outro exemplo foi a reforma do ensino médio, que começou com uma tentativa de quebrar o consenso do currículo único tradicional e propor a implantação de trajetórias escolares diversificadas a combinadas com um núcleo comum. À medida que o projeto ia sendo discutido, o tamanho deste núcleo comum aumentava, atendendo às demandas dos professores das diversas disciplinas, até se transformar numa versão reduzida do currículo tradicional, deixando as trajetórias curriculares em segundo plano e diluindo a proposta inicial. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que deveria ser reformulado para corresponder ao novo formato, continua como está. O novo ensino médio entra em vigor em 2020, e as escolas não sabem o que fazer.

É preciso construir um novo consenso, baseado na ideia de que deve ser possível fazer muito mais com os 5% do PIB que o Brasil já gasta em educação. Com a queda da natalidade, serão menos estudantes e será possível ter menos professores e pagar mais. A profissão docente precisa ser reformada, com melhores cursos de formação, carreiras associadas ao desempenho e facilitando o acesso ao ensino de pessoas com outros perfis. A educação infantil deve deixar de ser meramente assistencialista e ser tratada como etapa essencial de formação. A tolerância com o analfabetismo funcional deve acabar, com o uso de métodos comprovados de alfabetização e acompanhamento de resultados. O segundo ciclo do ensino fundamental precisa ser repensado, e a reforma do ensino médio precisa ser efetivamente implementada, inclusive pela ampliação e fortalecimento da educação técnica. O formato do ensino superior precisa ser revisto,

criando mais alternativas de formação em diferentes níveis, e a pós-graduação e a pesquisa precisam se tornar menos acadêmicas e mais vinculadas às necessidades do País. E, em todos os níveis, os papéis do setor público e do privado precisam ser revistos, para que se tornem complementares e livres dos predomínios simétricos do corporativismo e do mercantilismo.

*

SOCIÓLOGO, É MEMBRO DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (CONAES)

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Santos Cruz sai e general da ativa assume Secretaria de Governo

Secretaria de Governo. Ministro entrou em atrito com ala olavista por controle da Comunicação do governo; Ramos, o substituto, estudou com presidente na escola de cadetes

BRASÍLIA.

O presidente Jair Bolsonaro demitiu o ministro-chefe da Secretaria de Governo, general Carlos Alberto dos Santos Cruz, e nomeou para o cargo o general de Exército Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, comandante militar do Sudeste. Primeiro militar a deixar o ministério de Bolsonaro, Santos Cruz foi alvo de ataques do escritor Olavo de Carvalho e do vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ). O general geria os recursos da Secretaria de Comunicação.

O presidente Jair Bolsonaro demitiu ontem o ministro-chefe da Secretaria de Governo, general Carlos Alberto dos Santos Cruz, um de seus principais conselheiros no Palácio do Planalto. Alvo de ataques do escritor Olavo de Carvalho e do vereador Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), ele integrava o núcleo duro do governo e é o primeiro ministro militar a cair. Santos Cruz deixa a equipe sob desgaste, após ruidosas críticas da rede bolsonarista, e será substituído pelo general de Exército Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira, comandante militar do Sudeste.

A queda do antigo companheiro de Bolsonaro representa a vitória da ala olavista do governo, dos filhos do presidente e do chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência (Secom), Fábio Wajngarten. O general da reserva tinha nas mãos a chave do cofre da Secom e era ele quem comandava a liberação dos recursos. Sua posição considerada “linha dura” com a distribuição da verba incomodava tanto os políticos como a equipe econômica.

A última briga que ganhou os holofotes ocorreu no mês passado, quando Santos Cruz vetou parte do orçamento apresentado para a campanha publicitária da reforma da Previdência. Além disso, seus adversários no governo afirmavam que ele isolava o presidente no Planalto, criando obstáculos para a nova estratégia de comunicação.

Apesar das divergências, a demissão de um dos generais mais próximos de Bolsonaro surpreendeu até o vice-presidente, Hamilton Mourão. Santos Cruz foi comunicado de sua demissão em almoço no Planalto com o presidente, por volta de 12h20. O diálogo ocorreu pouco antes de Bolsonaro viajar para Belém (PA). O ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Augusto Heleno Ribeiro, e o titular da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, estavam presentes à reunião.

O Estado apurou que Santos Cruz parecia incrédulo. Disse que, embora não concordasse, respeitava a decisão do presidente. Duas horas antes de ser demitido, ele participou de uma audiência na Comissão de Transparência do Senado e defendeu o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. Ex-juiz da Lava Jato, Moro está sob pressão por causa do episódio envolvendo suposta troca de mensagens com o procurador Deltan Dallagnol, em Curitiba. Questionado se haveria risco de Moro sair, o general afirmou que o colega estava “muito acima desse absurdo criminoso”, em referência ao que chamou de “invasão da privacidade”.

Bolsonaro fez ontem sua tradicional live das quintas-feiras, mas silenciou sobre Santos Cruz. O porta-voz da Presidência, general Rêgo Barros, disse que o presidente agradecia o trabalho do ex-ministro e que a dispensa não afetava “a amizade, a admiração e o respeito mútuo”. Em nota, Santos Cruz confirmou que deixava a equipe

“por decisão” do presidente e fez uma série de agradecimentos, inclusive aos deputados e senadores, “pelo relacionamento profissional respeitoso, desejando sucesso no equacionamento e na solução das necessidades e anseios de todos os brasileiros”. Nos bastidores, porém, ele sempre foi criticado no Congresso.

Pentatlo. Amigo de longa data de Bolsonaro, Santos Cruz integrou sua equipe de pentatlo militar, nos anos 80, e exerceu papel de comandante das tropas de paz da ONU no Congo e no Haiti. Conhecido pela disciplina, ele cumpriu os compromissos agendados para ontem, no Planalto, mesmo após demitido. À tarde, ele recebeu o deputado Fausto Pinato (PP-SP) e se comportou como ministro. Afirmou, por exemplo, que o Congresso deveria avançar em pautas que trouxessem arrecadação para o País, como a liberação de jogos. O deputado só soube da dispensa quando já estava no elevador.

O general é o terceiro ministro a deixar a equipe de Bolsonaro após polêmicas com a ala ideológica do governo. O primeiro foi Gustavo Bebianno, que comandava a Secretaria-Geral da Presidência, e o segundo, Ricardo Vélez Rodrigues, no Ministério da Educação.

Em abril, Santos Cruz desautorizou uma ordem da Secom para que todo o material de propaganda da administração pública passasse por análise prévia da pasta. A determinação da Secom, que é subordinada à Secretaria de Governo, veio um dia depois de Bolsonaro mandar suspender a propaganda do Banco do Brasil por considerar que os comerciais – exibindo representantes da diversidade racial e sexual – tinham viés ideológico. À época, Bolsonaro não escondeu a irritação com Santos Cruz.

No mês passado, o general emplacou um auxiliar como presidente do Conselho de Administração da EBC, vetando Wajngarten. O núcleo olavista reforçou a ofensiva para derrubar o ministro e seguidores de Bolsonaro postaram nas redes a hashtag #ForaSantosCruz. Olavo de Carvalho chegou a escrever: “Controlar a internet, Santos Cruz? Controlar a sua boca, seu m...” Os militares saíram em defesa do ministro e conseguiram segurá-lo, mas não por muito tempo. Na prática, o grupo ideológico do governo sempre quis ter mais poder na Secom, na Educação e na Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex).

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Congresso vê troca como vitória de ‘ala ideológica’

Anúncio de demissão de Santos Cruz causa apreensão entre senadores e deputados, que foram surpreendidos com saída de general do governo

/ BRASÍLIA /

A demissão do ministro-chefe da Secretaria de Governo, Carlos Alberto do Santos Cruz, causou apreensão entre deputados e senadores, pegos de surpresa com o anúncio de sua saída na tarde de ontem. O general havia participado na parte da manhã de uma amistosa audiência no Senado para falar de seus atos.

Desde que assumiu, porém, Santos Cruz era visto com ressalvas por parlamentares, que reclamavam da presença no cargo de um militar pouco afeito ao diálogo e à articulação política. Uma crítica constante era a dificuldade de conseguir a liberação de emendas parlamentares, sob responsabilidade do general.

“Se ele cuidava da articulação política do governo, é salutar a substituição”, provocou o líder do PSL no Senado, Major Olímpio (SP). “Eu só o vi no dia da posse do presidente. Não sei qual era o papel dele.”

Apesar das reclamações, as circunstâncias que levaram à saída de Santos Cruz foi o que mais preocupou parte do Congresso. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), sinalizou a aliados que a demissão demonstra um fortalecimento da ala conhecida como “ideológica” da administração Bolsonaro, classificada por ele como mais radical e mais reativa ao Legislativo.

Deputados ouvidos pela reportagem atribuíram a demissão a Carlos Bolsonaro (PSC-RJ), filho do presidente, que vinha fazendo críticas à condução da área de comunicação do governo, subordinada à Secretaria de Governo. A avaliação é de que os ideólogos podem até não nomear ninguém, mas deixaram claro ter força para derrubar ministros. Além de Santos Cruz, Gustavo Bebianno foi outro a cair após trombar com Carlos.

A interlocutores, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), também demonstrou preocupação com os rumos da articulação política do governo, embora admita não conhecer o novo ministro, o general Luiz Eduardo Ramos Baptista Pereira. Alcolumbre elogiou o trabalho de Santos Cruz. “O Santos Cruz é muito bom, dedicado, estava ajudando muito. Mas quem tem o poder de nomear tem o poder de exonerar. É assim que funciona.”

O líder do bloco que reúne PL, DEM e PSC no Senado, Wellington Fagundes (PL-MT) avaliou a saída de Santos Cruz como mais um complicador na articulação política. “Vemos um governo que tem colocado à frente sempre a questão ideológica, e isso é sempre um ‘dificultador’ nas relações”, afirmou.

A oposição também criticou. “A demissão de Santos Cruz confirma que sempre que há uma queda de braço no governo, Bolsonaro escolhe seus filhos e o ideólogo Olavo de Carvalho. São cinco meses de confusões, brigas e agressões”, disse Alessandro Molon (PSB-RJ).

Sem briga.

O ministro do Gabinete de Segurança Institucional, general Augusto Heleno, afirmou ontem que a demissão de Santos Cruz foi resultado de “um conjunto de coisas que acontecem”. De acordo com ele, não houve desentendimento entre o presidente e o general. “Não teve briga, não teve nada. Continua amor, são amigos de 40 anos, continuam a ser amigos”, afirmou Heleno.

“O presidente, ele próprio, está usando uma metáfora bastante apropriada para a situação: é um casamento, de muito longa duração, mas chegaram à conclusão de que não era a hora de ele continuar. Porque o casamento precisava ser interrompido”, afirmou Heleno. O ministro nega que as polêmicas com Carlos e o escritor Olavo de Carvalho tenham derrubado seu colega. “É tudo especulação, não tem nada a ver”. “Isso aí não é nada que tenha sido determinante para isso aí.”

Clima.

As rugas constantes de Santos Cruz com auxiliares presidenciais e outros ministros de Estado pesaram na decisão de afastá-lo da Secretaria de Governo, segundo integrantes da administração de Jair Bolsonaro.

O temperamento do general contribuiu para que ele entrasse em atrito com representantes da equipe econômica e da ala ideológica ou anti-establishment, como o grupo se classifica. Houve disputas em torno, por exemplo, de temas do no Ministério da Educação, de cargos na Apex, e de verbas para a campanha publicitária da reforma da Previdência.

No Planalto, Santos Cruz era visto por parte dos auxiliares como de difícil trato e não fazia questão de amainar os ânimos após brigas, segundo relatos reunidos pelo Estado.

Um episódio é contado no Palácio do Planalto para ilustrar o comportamento de Santos Cruz. Na primeira reunião com o novo diretor da Secretaria de Comunicação (Secom), Fabio Wajngarten, na presença de toda a equipe, o ministro teria afirmado que preferia o antecessor, Floriano Amorim, que havia sido demitido pelo presidente Jair Bolsonaro. O clima pesou e Wajngarten nunca mais perdoou o ministro pela “recepção calorosa”. Enquanto esteve no cargo, Santos Cruz quase sempre desautorizava o colega.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

MEC diz que não vai negociar valor maior para o Fundeb

Secretário-executivo da pasta diz que aporte proposto, de 15%, é o possível, apesar de ficar abaixo do discutido no Congresso

BRASÍLIA - O secretário-executivo do Ministério da Educação (MEC), Antonio Vogel, afirmou que a proposta do governo de aumentar a complementação da União no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (Fundeb) de 10% para 15% em cinco anos "não é um piso para negociação". Segundo ele, o patamar é o "possível" dentro da situação das contas do país.

O aumento escalonado, proposto anteontem a parlamentares e gestores, está aquém do que vem sendo discutido na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) na Câmara que renova o Fundeb, cuja vigência termina no ano que vem. A expectativa de deputados é

pactuar com o MEC um aporte maior do governo federal, que hoje colabora com 10% do fundo, composto pelos impostos de estados e municípios.

— Qualquer coisa acima disso compromete as contas públicas. Não estamos trazendo esse número para ser interpretado como um piso. Não há negociação, estamos todos no mesmo barco. Não adianta ter proposta que não seja plausível. O Brasil tem que buscar o equilíbrio fiscal porque isso é condição para o crescimento do país — disse Vogel ao GLOBO.

Atualmente, a União contribui com R\$ 15 bilhões. Vogel afirma que o aumento de um ponto percentual por ano equivalerá a R\$ 1,5 bilhão, "valor bastante relevante".

A PEC mais adiantada na Câmara propõe 15% de complementação da União já no primeiro ano de vigência, com aumento de 1,5 ponto percentual ao ano, até chegar a 30%. Há projetos com valores ainda mais elevados, que chegam a 40%.

O MEC entregou um documento com propostas para a deputada professora Dorinha (DEM-TO), relatora da PEC na Casa, no qual sugere nova forma para apurar o valor mínimo por aluno e que os estados alterem suas leis sobre ICMS para atrelar alguma parte dos repasses aos municípios a índices locais de eficiência na educação, como faz hoje o Ceará.

Opinião do GLOBO :: Agenda

AFINAL, O Ministério da Educação do governo Bolsonaro trata de um tema relevante para o setor: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), essencial para fazer uma redistribuição dos recursos mais equânime entre as escolas.

O FUNDO precisará ser renovado no ano que vem, e o ministro Abraham Weintraub propõe que a participação da União, em 10% do Fundeb, passe para 15% em cinco anos.

QUE O ministro comece mesmo a tratar da verdadeira agenda do MEC.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

Moreira propõe aumento de imposto e fim de repasse a BNDES

No caso dos professores de educação infantil e ensino médio, Moreira reduziu a idade mínima para aposentadoria das mulheres, dos 60 anos propostos pelo governo para 57 anos, com 25 anos em sala de aula. Os professores homens se aposentarão com 60 anos. Ele estabeleceu que lei complementar definirá regras para isso, mas, até lá, a idade mínima será essa.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/politica/6306279/moreira-propoe-aumento-de-imposto-e-fim-de-repasse-bndes>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA

Grevistas contam com adesão em 170 cidades

Ao menos 60 escolas particulares do Estado de São Paulo aderiram ao movimento e terão interrupção total ou parcial das atividades. As instituições ficam na capital, Campinas, Sorocaba, Valinhos, Botucatu e Jundiaí. Nas entidades privadas, educadores

e pais vêm discutindo o assunto desde a semana passada, em grupos de WhatsApp e reuniões.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/politica/6306273/grevistas-contam-com-adesao-em-170-cidades>

topo ↕

CORREIO DA BAHIA - BA - BRASIL

Candidatos têm até esta sexta para se inscrever no ProUni

Ao todo, são ofertadas para o segundo semestre deste ano 169.226 bolsas de estudos

Esta sexta-feira (14) é o último dia para que os interessados em concorrer a uma bolsa de estudos em instituição de ensino superior particular se inscrevam no Programa Universidade para Todos (ProUni). A inscrição deverá ser feita pela internet, no site do Prouni, até as 23h59, no horário de Brasília. Até o final do prazo de inscrição, os candidatos podem alterar as opções de curso. Cada estudante pode escolher até duas opções. Será considerada válida a última inscrição confirmada.

Ao todo, são ofertadas para o segundo semestre deste ano 169.226 bolsas de estudos em instituições particulares de ensino superior, sendo 68.087 bolsas integrais, de 100% do valor da mensalidade e 101.139 parciais, que cobrem 50% do valor da mensalidade.

As bolsas integrais são destinadas a estudantes com renda familiar bruta per capita de até 1,5 salário mínimo. As bolsas parciais contemplam os candidatos que têm renda familiar bruta per capita de até 3 salários mínimos.

Podem se inscrever candidatos que não tenham diploma de curso superior e que tenham participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018. Além disso, os estudantes precisam ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em instituição privada como bolsista integral.

É preciso ter obtido ainda nota mínima de 450 pontos na média aritmética das notas obtidas nas provas do Enem. O cálculo é feito a partir da soma das notas das cinco provas, dividida por cinco. Outra exigência é a de que o aluno não tenha tirado zero na redação.

Também podem participar do programa estudantes com deficiência e professores da rede pública.

Nota de corte

Diariamente o sistema do Prouni calcula a nota de corte, que é a menor para ficar entre os potencialmente pré-selecionados de cada curso, com base no número de bolsas disponíveis e no total de candidatos inscritos no curso, por modalidade de concorrência.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a nota de corte é apenas uma referência para auxiliar o candidato no monitoramento da inscrição. Ela não é garantia de pré-seleção para a bolsa ofertada. O sistema do Prouni não faz o cálculo em tempo real. A nota de corte é modificada de acordo com a nota dos inscritos.

Calendário

A divulgação do resultado da primeira chamada está prevista para 18 de junho. A segunda chamada será no dia 2 de julho.

O candidato pré-selecionado deverá comparecer à respectiva instituição de ensino superior para comprovação das informações no período de 18 a 25 de junho, caso tenha sido selecionado na primeira chamada, e de 2 a 8 de julho na segunda.

O prazo para participar da lista de espera é de 15 a 16 de julho. A lista fica disponível no site para consulta pelas instituições no dia 18 de julho.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Termina amanhã o prazo para as inscrições no Prouni 2019.2

Os interessados devem acessar a página do Prouni até a sexta-feira (14) para se candidatar.

Estão abertas as inscrições para as bolsas de estudo para o Ensino Superior pelo Programa Universidade Para Todos 2019.2. Nessa segunda edição do programa são disponibilizadas 169.229 vagas. Os interessados devem acessar a página do Prouni até a sexta-feira (14) para se candidatar.

Foram disponibilizadas 68.087 bolsas integrais nesta edição, destinadas a estudantes que têm renda familiar bruta per capita de até 1,5 salário mínimo, conforme o Ministério da Educação (MEC). Quem for contemplado, ficará isento das mensalidades da graduação em instituições privadas.

Já as bolsas de estudo parciais somam a maioria das oportunidades. São 101.139 vagas destinadas a candidatos que têm renda familiar bruta per capita de até 3 salários mínimos. Contemplados têm desconto de 50% no valor da mensalidade. No total, participam da edição do segundo semestre 1.100 Instituições de Ensino Superior (IES) espalhadas pelo país.

Inscrição no Prouni 2019

É necessário cumprir alguns requisitos para realizar a inscrição no Prouni 2019. Os estudantes precisam ter cursado o Ensino Médio completo em escola pública ou em instituição privada, desde que tenha sido bolsista integral.

Outro requisito está ligado à participação no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018, com exigência de pontuação mínima de 450 pontos (média aritmética das avaliações), além de não ter zerado a redação. O Prouni também permite a inscrição de portadores de deficiência e professores da rede pública.

Prouni 2019.2

O resultado da primeira chamada do Prouni 2019.2 deve ser anunciado em 18 de junho, segundo o cronograma. O candidato pré-selecionado deverá comparecer à respectiva instituição de ensino superior para comprovar as informações no período até o dia 25 de junho.

No caso da segunda chamada, o resultado será disponibilizado em 02 de julho e a comprovação dos dados acontece até 8 do mesmo mês. Quem não for selecionado ainda pode se candidatar à lista de espera, caso haja vagas não preenchidas. A relação é disponibilizada para consulta em 18 de julho de 2019.

topo ↕

MEIO NORTE - PI - GERAL

Proposto aumento de contribuição

O Ministério da Educação (MEC) propõe aumentar a contribuição da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para 15%. Atualmente, a União contribui com 10%.

O MEC defende que esse aumento seja feito progressivamente, até o sexto ano de vigência da nova regra, segundo nota da pasta. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, já havia antecipado que a pasta estudava o aumento da contribuição, mas esta é a primeira vez que uma porcentagem específica é apresentada.

O Fundeb é atualmente uma das principais fontes de financiamento para as escolas de todo o país. Corresponde a aproximadamente 63% dos recursos para financiamento da educação básica pública no Brasil, de acordo com o MEC. A proposta foi apresentada por Weintraub e pelo secretário- executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, nessa quarta- feira (10), em reunião com parlamentares. Eles informaram que o aumento da contribuição da União está sendo discutida com o Ministério da Economia e com o Congresso Nacional. “Não estamos trabalhando de maneira isolada nessas propostas.

O MEC entende perfeitamente a qual contexto faz parte e a necessidade de ajuste nas contas públicas para que o país volte a crescer”, disse Vogel na nota.

DETALHES DA PROPOSTA

O governo propõe que a contribuição da União aumente em uma escala progressiva de 1 ponto percentual por ano até o percentual de 15%, partindo do percentual mínimo de 10% no primeiro ano de vigência do novo fundo. Se aprovada a proposta, o novo Fundeb passa a vigorar em 2021, e em 2022 a União complementarará o montante com o equivalente a 11% do fundo.

O valor máximo de 15% será atingido em 2026. O MEC defende ainda que o valor a ser repassado por aluno matriculado na rede pública deve ser calculado a partir de uma base de dados disponível à União e operacionalizável anualmente.

topo ↕

24 HORAS NEWS - TEMPO REAL

Unemat participa do 64º Fórum Nacional de Reitores da Abruem

O reitor da Unemat, Rodrigo Zanin, e a ex-reitora Ana Di Renzo, participam do 64º Fórum Nacional de Reitores da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem). O evento está sendo realizado nesta semana (13 e 14 de junho), no Auditório da Capes, em Brasília (DF).

Reitores e representantes das universidades filiadas à entidade discutirão, entre outros assuntos, a temática “Desenvolvimento Científico e Tecnológico regional e o papel da pós-graduação na correção das assimetrias”. O objetivo é possibilitar, não somente a criação de instrumentos de enfrentamento do problema no campo das políticas de gestão, como também criar condições para o avanço de ideias, pensamentos e deliberações coletivas.

Rodrigo Zanin frisou a importância do fortalecimento da pesquisa e pós-graduação,

principalmente neste momento de crise e falta de recursos. “A pós-graduação tem um papel significativo para a atração e fixação de recursos humanos qualificados em regiões periféricas do País. Dessa forma a pós-graduação deve se atualizar, aproximar mais dos problemas regionais e responder às problemáticas do local onde está inserida, com produção de conhecimento e tecnologias que façam sentido para o estado e para a população Mato-grossense”.

Homenagens

Durante a abertura, a ex-reitora da Unemat, professora Ana Di Renzo, recebeu por parte da Associação o Diploma de Associada Honorária. A intenção da Abruem foi reconhecer os trabalhos de excelência desenvolvidos pelos reitores das IES Associadas durante seus anos de reitorado. Os homenageados estiveram à frente das universidades entre 2010 a 2018.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Moro manda Força Nacional proteger prédio do MEC

Por causa da convocação da greve geral, prevista para hoje, Sérgio Moro novamente determinou que a Força Nacional de Segurança Pública atue em "ações de preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio e na defesa dos bens" do Ministério da Educação.

Desde ontem os agentes estão protegendo a sede do MEC, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

A ordem de Moro foi dada depois de um pedido do ministro Abraham Weintraub.

Medida semelhante já fora tomada na última manifestação contra o governo,

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Governo retira do Enade referências sobre diversidade

Componentes específicos como "sexualidade, relações de gênero e relações étnico-raciais" constavam dos editais desde 2016

BRASÍLIA— O governo retirou questões relacionadas à diversidade do rol de temas do Exame Nacional de Desempenho (Enade), que avalia o ensino superior no país. Componentes como "sexualidade, relações de gênero e relações étnico-raciais", que constavam expressamente dos editais desde 2016 como assuntos de referência para a prova comum a todas as áreas, não se repetiram na portaria do Enade deste ano. Outros itens que desapareceram, como "tolerância/ intolerância , " inclusão /exclusão", e também "relações de gênero ", estavam entre os temas previstos nos editais desde pelo menos o Enade de 2011, segundo documentos oficiais disponíveis.

A portaria do exame deste ano foi publicada no último dia 3 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC). O presidente Jair Bolsonaro é crítico do que chama de "ideologia" em exames oficiais aplicados pelo governo. Na campanha, ele chegou a dizer que, caso eleito, inspecionaria o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) antes da aplicação.

Todos os itens cortados do edital do Enade estavam atrelados ao tópico

"sociodiversidade e multiculturalismo" — enunciado que foi mantido. Segundo fontes, a mudança ocorreu com respaldo da comissão externa que elabora a sugestão de portaria. O objetivo era não deixar qualquer outra "diversidade" de fora, optando-se por retirar pontos específicos e deixar somente o componente de aspecto genérico.

A portaria do Enade estabelece, entre outras coisas, quais são os temas de referência da prova de formação geral, ou seja, que é aplicada aos estudantes de todas as áreas. Essa parte do exame tem dez questões (oito de múltipla escolha e duas discursivas).

A avaliação também inclui uma parte específica para cada graduação, com 30 questões. Neste ano, serão examinados estudantes de bacharelado em ciências agrárias, ciências da saúde e afins, engenharias, arquitetura e urbanismo, além de cursos de tecnólogos.

Questionado sobre os motivos da retirada das expressões relacionadas à diversidade, o Inep informou, em nota, que "todas as provas, tanto de formação geral quanto de conhecimentos específicos, sofrem modificações ao longo dos anos, é um processo natural". Destacou ainda que a portaria "teve manifestações técnica e jurídica favoráveis".

Embora menos popular que o Enem, o Enade já protagonizou polêmicas em função dos temas abordados. Na edição de 2018, uma questão discursiva da prova geral tratou do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSol-RJ), da circulação de fake news após a morte dela e do alto número de defensores de direitos humanos vitimados no Brasil. Ao fim, pedia ao aluno para escrever sobre "os prejuízos da produção de notícias falsas para a sociedade democrática".

Em 2017, uma questão trazia trechos de textos sobre a importância do nome social para os transgêneros. O comando para o aluno era discorrer sobre o tema e propor uma medida, no âmbito das políticas públicas, para facilitar o acesso dessa população à cidadania. Esse item também foi alvo de críticas, principalmente de militantes do projeto Escola sem Partido.

Colaborou Amanda Almeida

[topo](#)

GAZETA DO CERRADO - TEMPO REAL

Estudo indica que vacina da febre amarela protege contra o Zika vírus

Enquanto cientistas do mundo correm em busca de uma vacina contra o vírus Zika, pesquisadores no Rio de Janeiro constataram que a resposta pode estar em uma vacina amplamente disponível, testada e adotada mundialmente: a da febre amarela.

“Talvez a solução estivesse na nossa frente o tempo todo”, diz o médico Jerson Lima Silva, professor do Instituto de Bioquímica Médica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos coordenadores de estudo divulgado na última segunda-feira, 10.

Conduzida por dezesseis pesquisadores da UFRJ e da Fundação Oswaldo Cruz, a pesquisa concluiu que a vacina da febre amarela protegeu camundongos da infecção do vírus em laboratório, reduzindo a carga do vírus no cérebro e prevenindo deficiências neurológicas.

“Apareceu como um ovo de Colombo”, diz Silva, referindo-se à expressão que descreve

uma solução complexa que, depois de demonstrada, parece óbvia.

“Nossa pesquisa mostra que uma vacina eficiente e certificada, disponível para uso há diversas décadas, efetivamente protege camundongos contra infecção do vírus Zika”, diz o estudo, publicado online que ainda precisa passar pelo processo de revisão por pares exigido por periódicos científicos, que têm um trâmite demorado.

Esse sistema de publicação é adotado para disponibilizar rapidamente resultados iniciais de pesquisas à comunidade científica internacional.

A corrida por uma vacina contra a zika começou em 2016, quando se comprovou a suspeita de que a doença recém-chegada ao Brasil, até então considerada inofensiva, era a causa do surto de bebês que nasciam com microcefalia e malformações neurológicas – conjunto de sintomas hoje designado como síndrome da zika congênita.

O surto levou o governo brasileiro e a Organização Mundial da Saúde a decretarem situações de emergência, posteriormente suspensas. Além dos graves defeitos que pode causar nos bebês durante a gestação, a zika é associada ao surgimento da síndrome de Guillain-Barré em adultos.

Vírus semelhantes

Tanto a zika e quanto a febre amarela são transmitidos por vírus da família dos Flavivírus. As estruturas biológicas dos vírus são semelhantes, o que inspirou a equipe no Rio a testar os efeitos da vacina de febre amarela sobre o vírus Zika.

Além disso, diz o médico Jerson Lima Silva, a região que teve maior incidência de zika, o Nordeste do país, é também a que tinha a menor cobertura vacinal para febre amarela. “Então resolvemos testar essa hipótese”, afirma o professor da UFRJ. O estudo foi coordenado por Silva, Andrea Cheble Oliveira e Andre Gomes, do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Biologia Estrutural e Bioimagem, e pelo professor Herbert Guedes, do Instituto de Biofísica Carlos Chagas Filho da UFRJ.

A equipe realizou testes com dois grupos de camundongos, um composto por indivíduos saudáveis e outro por indivíduos com sistema imune comprometido, mais suscetíveis à propagação do vírus.

O *Aedes aegypti* é o mosquito transmissor da zika e da febre amarela

Nos dois grupos, parte dos animais foi imunizada com a vacina de febre amarela e outra recebeu apenas uma solução salina, sem nenhum efeito imunológico. Depois, todos receberam injeções intracerebrais do vírus da zika, de modo a simular infecções com alto índice de letalidade.

“Sem a vacina, os mais suscetíveis morreram e os normais desenvolveram sintomas da doença. Já entre os vacinados, os suscetíveis não morreram e todos apresentaram carga viral extremamente reduzida no cérebro”, explica Silva. O vírus Zika consegue furar a proteção da placenta durante a gestação, e se alastra pelo cérebro do bebê, impedindo que se forme corretamente.

Próximos passos

A pesquisa foi conduzida ao longo de dois anos. O grupo trabalha agora para entender os mecanismos de proteção contra o vírus desenvolvidos a partir da vacina da febre amarela. O médico diz que o próximo passo é realizar testes em primatas.

“Os resultados foram muito evidentes. A gente acredita que há uma grande chance de (a vacina da febre amarela) proteger humanos (contra a zika), já que os testes com animais demonstraram uma proteção tão forte”, considera Silva. Ele espera que os próximos passos para determinar se a vacina pode ser recomendada à sociedade como uma proteção eficiente contra a zika não tardem. Por enquanto, entretanto, é preciso cautela. “Como todo estudo científico, este precisa ser reproduzido e confirmado”, diz.

Se o efeito for comprovado para humanos, ressalta o pesquisador da UFRJ, haveria uma grande vantagem em poder contar com uma vacina licenciada, usada há décadas e disponível no mercado – e que poderia ser distribuída e aplicada prontamente no caso de um novo surto de infecções. Desenvolver uma nova vacina envolve passar por muitos testes, acertos e erros e etapas de segurança.

O estudo teve financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério da Saúde, da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep).

Fonte: BBC Brasil

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Sidarta Ribeiro - Parece que hackearam o cérebro do brasileiro

“Quando você propõe fazer um corte em uma coisa que já foi cortada, o que você vai promover são danos reais, você vai promover a perda do investimento que já foi feito. Investimento em ciência e tecnologia não pode ter lapsos, não pode ter intervalos, precisa ser sustentado. É uma falta de responsabilidade muito grande com o País”, diz o professor da UFRN e diretor da SBPC, em entrevista ao jornal A Tarde

No final de abril, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou um contingenciamento de 30% dos recursos destinados às universidades federais do Brasil. No começo, a justificativa era que algumas delas, como a Universidade Federal da Bahia, não apresentava bons resultados acadêmicos e promovia “balbúrdia” nos campi. Daí em diante, o jeito como cada universidade gasta o dinheiro que recebe entrou em debate. O neurocientista brasileiro Sidarta Ribeiro, professor e vice-presidente do Instituto do Cérebro, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, veio a Salvador para discutir o significado de “autonomia universitária”, termo tão questionado nas últimas semanas. A conversa foi promovida pelo projeto Polêmicas Contemporâneas, organizado pelo professor Nelson Pretto. No instituto, Sidarta, membro da Academia de Ciências da América Latina e diretor da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), estuda principalmente o sonho, o sono, a memória e a comunicação animal. Teme que, com os cortes das bolsas de pesquisa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, o instituto pare de funcionar. “A **Capes** não tem mais bolsas, estão cortando as bolsas. Eu tenho no meu laboratório vários alunos sem bolsa, às vezes tenho que pagar do meu salário. É um drama, é

humilhante, isso está deprimindo as pessoas, as pessoas estão indo embora do país, estão abandonando essa carreira”. À Muito, ele fala sobre os investimentos em ciência e tecnologia no Brasil, o papel das universidades na produção de conhecimento e a qualidade das pesquisas feitas no país.

Ultimamente temos visto muitas discussões sobre autonomia universitária. O que é autonomia universitária?

Autonomia universitária é um fundamento da prática universitária. As universidades têm mais de mil anos, elas tiraram a gente da Idade Média, e isso foi muito importante para começar a concentrar conhecimento e permitir um debate livre. Quando a universidade não tem autonomia no seu orçamento, quando ela não tem autonomia na sua gestão, quando ela não tem autonomia para fazer os seus debates – e na universidade estão todos os pontos de vista, ela é universal –, aí ela deixa de ser universidade. E é o que está acontecendo agora e é muito preocupante. Nós nunca tivemos no Brasil um governo que, de fato, tratasse a educação como uma coisa não apenas desimportante, mas como o inimigo. Mesmo nos governos militares houve investimento nas estruturas universitárias, com vários problemas e distorções por ser ditadura, mas houve investimento. A Finep [Financiadora de Estudos e Projetos], por exemplo, a Embrapa [Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária] são instituições de pesquisa ou de apoio à pesquisa importantes criadas nesse período.

Leia a entrevista na íntegra: [A Tarde](#)

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

**Candidatos têm até esta sexta-feira (14/6) para se inscrever no ProUni
A inscrição deverá ser feita pela internet, no site do Prouni, até as 23h59, no
horário de Brasília**

Os candidatos devem ficar atentos, pois esta sexta-feira (14/06/2019) é o último dia para que os interessados em concorrer a uma bolsa de estudos em instituição de ensino superior particular se inscrevam no Programa Universidade para Todos (ProUni). A inscrição deverá ser feita pela internet, no site do Prouni, até as 23h59, no horário de Brasília. Até o final do prazo de inscrição, os candidatos podem alterar as opções de curso. Cada estudante pode escolher até duas opções. Será considerada válida a última inscrição confirmada.

Ao todo, serão ofertadas para o segundo semestre deste ano 169.226 bolsas de estudos em instituições particulares de ensino superior, sendo 68.087 bolsas integrais, de 100% do valor da mensalidade e 101.139 parciais, que cobrem 50% do valor da mensalidade.

As bolsas integrais são destinadas a estudantes com renda familiar bruta per capita de até 1,5 salário mínimo. As bolsas parciais contemplam os candidatos que têm renda familiar bruta per capita de até 3 salários mínimos.

Quem pode se inscrever

Podem se inscrever candidatos que não tenham diploma de curso superior e que tenham participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018. Além disso, os estudantes precisam ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em instituição privada como bolsista integral.

É preciso ter obtido ainda nota mínima de 450 pontos na média aritmética das notas obtidas nas provas do Enem. O cálculo é feito a partir da soma das notas das cinco provas, dividida por cinco. Outra exigência é a de que o aluno não tenha tirado zero na redação.

Também podem participar do programa estudantes com deficiência e professores da rede pública.

Nota de corte

Diariamente o sistema do Prouni calcula a nota de corte, que é a menor para ficar entre os potencialmente pré-selecionados de cada curso, com base no número de bolsas disponíveis e no total de candidatos inscritos no curso, por modalidade de concorrência.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a nota de corte é apenas uma referência para auxiliar o candidato no monitoramento da inscrição. Ela não é garantia de pré-seleção para a bolsa ofertada. O sistema do Prouni não faz o cálculo em tempo real. A nota de corte é modificada de acordo com a nota dos inscritos.

Calendário

A divulgação do resultado da primeira chamada está prevista para 18 de junho. A segunda chamada será no dia 2 de julho.

O candidato pré-selecionado deverá comparecer à respectiva instituição de ensino superior para comprovação das informações no período de 18 a 25 de junho, caso tenha sido selecionado na primeira chamada, e de 2 a 8 de julho na segunda.

O prazo para participar da lista de espera é de 15 a 16 de julho. A lista fica disponível no site para consulta pelas instituições no dia 18 de julho.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Candidatos têm até esta sexta para se inscrever no ProUni

Hoje (14) é o último dia para que os interessados em concorrer a uma bolsa de estudos em instituição de ensino superior particular se inscrevam no Programa Universidade para Todos (ProUni). A inscrição deverá ser feita pela internet, no site do Prouni, até as 23h59, no horário de Brasília. Até o final do prazo de inscrição, os candidatos podem alterar as opções de curso. Cada estudante pode escolher até duas opções. Será considerada válida a última inscrição confirmada.

Ao todo, serão ofertadas para o segundo semestre deste ano 169.226 bolsas de estudos em instituições particulares de ensino superior, sendo 68.087 bolsas integrais, de 100% do valor da mensalidade e 101.139 parciais, que cobrem 50% do valor da mensalidade.

As bolsas integrais são destinadas a estudantes com renda familiar bruta per capita de até 1,5 salário mínimo. As bolsas parciais contemplam os candidatos que têm renda familiar bruta per capita de até 3 salários mínimos.

Quem pode se inscrever

Podem se inscrever candidatos que não tenham diploma de curso superior e que tenham participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018. Além disso, os estudantes precisam ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em

instituição privada como bolsista integral.

É preciso ter obtido ainda nota mínima de 450 pontos na média aritmética das notas obtidas nas provas do Enem. O cálculo é feito a partir da soma das notas das cinco provas, dividida por cinco. Outra exigência é a de que o aluno não tenha tirado zero na redação.

Também podem participar do programa estudantes com deficiência e professores da rede pública.

Nota de corte

Diariamente o sistema do Prouni calcula a nota de corte, que é a menor para ficar entre os potencialmente pré-selecionados de cada curso, com base no número de bolsas disponíveis e no total de candidatos inscritos no curso, por modalidade de concorrência.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a nota de corte é apenas uma referência para auxiliar o candidato no monitoramento da inscrição. Ela não é garantia de pré-seleção para a bolsa ofertada. O sistema do Prouni não faz o cálculo em tempo real. A nota de corte é modificada de acordo com a nota dos inscritos.

Calendário

A divulgação do resultado da primeira chamada está prevista para 18 de junho. A segunda chamada será no dia 2 de julho.

O candidato pré-selecionado deverá comparecer à respectiva instituição de ensino superior para comprovação das informações no período de 18 a 25 de junho, caso tenha sido selecionado na primeira chamada, e de 2 a 8 de julho na segunda.

O prazo para participar da lista de espera é de 15 a 16 de julho. A lista fica disponível no site para consulta pelas instituições no dia 18 de julho.

topo 

UFRGS - TEMPO REAL

Informática na Educação inicia oferta de doutorado internacional em universidade uruguaia

Parceria com a Universidad de la República amplia o reconhecimento do Programa de Pós da UFRGS

O Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação (PPGIE/UFRGS) e a Universidad de La República (Udelar), do Uruguai, iniciam parceria para oferta de curso de doutorado interinstitucional (Dinter) internacional. O curso terá a duração de quatro anos e será oferecido a membros do corpo docente da universidade uruguaia. O PPGIE já realizou duas experiências anteriores de cooperação dessa modalidade em nível nacional e realiza agora a primeira experiência internacional.

O objetivo do projeto é formar professores da Udelar em nível de doutorado para o exercício das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento com perfil interdisciplinar na produção de conhecimentos filosóficos, científicos e tecnológicos em áreas que envolvam tecnologia informático-digital e educação. Também são objetivos: o fortalecimento da pesquisa e inovação tecnológica direcionada ao campo, a expansão de ofertas de cursos pela Udelar, bem como a formação de profissionais da educação para interagirem com tecnologias inovadoras em seus ambientes de trabalho e para

desenvolverem ferramentas educacionais para apoiar ambientes educacionais.

A proposta também será proveitosa para o PPGIE pela possibilidade do desenvolvimento de projetos conjuntos, como de ambientes virtuais inovadores e de tecnologia assistiva, por exemplo. Essa colaboração constitui uma ampliação na parceria entre as duas universidades, que têm trabalhado colaborativamente há alguns anos.

Dinter

O Doutorado Interinstitucional (Dinter), promovido pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, tem o objetivo de proporcionar a formação de um grupo ou turma especial de alunos de doutorado, oferecida por curso de pós-graduação reconhecido pelo MEC e já consolidado, como é o caso do PPGIE, que possui conceito 7 (nota máxima) na avaliação da **Capes**.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Candidatos têm até esta sexta para se inscrever no ProUni

Hoje (14) é o último dia para que os interessados em concorrer a uma bolsa de estudos em instituição de ensino superior particular se inscrevam no Programa Universidade para Todos (ProUni). A inscrição deverá ser feita pela internet, no site do Prouni, até as 23h59, no horário de Brasília. Até o final do prazo de inscrição, os candidatos podem alterar as opções de curso. Cada estudante pode escolher até duas opções. Será considerada válida a última inscrição confirmada.

Ao todo, serão ofertadas para o segundo semestre deste ano 169.226 bolsas de estudos em instituições particulares de ensino superior, sendo 68.087 bolsas integrais, de 100% do valor da mensalidade e 101.139 parciais, que cobrem 50% do valor da mensalidade.

As bolsas integrais são destinadas a estudantes com renda familiar bruta per capita de até 1,5 salário mínimo. As bolsas parciais contemplam os candidatos que têm renda familiar bruta per capita de até 3 salários mínimos.

Quem pode se inscrever

Podem se inscrever candidatos que não tenham diploma de curso superior e que tenham participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2018. Além disso, os estudantes precisam ter cursado o ensino médio completo em escola pública ou em instituição privada como bolsista integral.

É preciso ter obtido ainda nota mínima de 450 pontos na média aritmética das notas obtidas nas provas do Enem. O cálculo é feito a partir da soma das notas das cinco provas, dividida por cinco. Outra exigência é a de que o aluno não tenha tirado zero na redação.

Também podem participar do programa estudantes com deficiência e professores da rede pública.

Nota de corte

Diariamente o sistema do Prouni calcula a nota de corte, que é a menor para ficar entre os potencialmente pré-selecionados de cada curso, com base no número de bolsas

disponíveis e no total de candidatos inscritos no curso, por modalidade de concorrência.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a nota de corte é apenas uma referência para auxiliar o candidato no monitoramento da inscrição. Ela não é garantia de pré-seleção para a bolsa ofertada. O sistema do Prouni não faz o cálculo em tempo real. A nota de corte é modificada de acordo com a nota dos inscritos.

Calendário

A divulgação do resultado da primeira chamada está prevista para 18 de junho. A segunda chamada será no dia 2 de julho.

O candidato pré-selecionado deverá comparecer à respectiva instituição de ensino superior para comprovação das informações no período de 18 a 25 de junho, caso tenha sido selecionado na primeira chamada, e de 2 a 8 de julho na segunda.

O prazo para participar da lista de espera é de 15 a 16 de julho. A lista fica disponível no site para consulta pelas instituições no dia 18 de julho.

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

Destinação de parte do Fundo Social para ciência e tecnologia é discutida na CCT

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) debateu, nesta quinta-feira (13), o Projeto de Lei do Senado (PLS) 181/2016, que destina 20% dos rendimentos do Fundo Social para pesquisa e desenvolvimento científico. Criado pela Lei 12.351, de 2010, o fundo é formado por recursos recebidos pelo governo a partir da exploração do petróleo da camada pré-sal. O texto, de autoria do senador Lasier Martins (Podemos/RS), já foi aprovado em decisão terminativa pela CCT no último dia 5 e aguarda decisão de recurso, antes de ser enviado à Câmara dos Deputados.

Durante a audiência, o secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), Marcelo Marcos Morales, afirmou que o orçamento do ministério é incoerente com o de um país que “quer despontar em conhecimento e produção científica”. Enquanto a China aplica US\$ 30 bilhões em ciência e tecnologia por ano, o Brasil dispõe de apenas R\$ 2,7 bilhões para a área, informou.

Ao defender a aprovação do PLS, Morales ressaltou que o Brasil atingiu a 13ª colocação em produção científica no mundo, no espaço de 20 anos, sendo responsável por 52% da produção científica na América Latina. O pesquisador declarou que o país alcançou um patamar “invejável” na área, mas disse que, embora a ciência nacional tenha se desenvolvido, a atividade não pode parar.

— É através do MCTI que nós articulamos a pesquisa em todo o território nacional. O quantitativo de bolsas de pesquisas tem diminuído em função do baixo orçamento da pasta, mas é preciso lembrar que recurso para pesquisa não é gasto, é investimento.

Morales explicou que a destinação da verba para o CNPq, prevista no PLS 181/2016, tem a finalidade de articular as pesquisas realizadas em áreas como meio ambiente, mares, defesa e biodiversidade. Ao enfatizar a importância de aprovação da matéria, ele ressaltou a necessidade de reestruturação dos laboratórios de pesquisa de universidade e institutos ligados ao MCTI, com investimentos perenes.

Pesquisas

O secretário de Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), André Luiz Felisberto França, reconheceu a necessidade de aumento da produtividade para promover a competitividade e o desenvolvimento do país. Ele observou um sucateamento das instituições de pesquisa nos últimos anos e disse que o MMA é sensível às questões apresentadas pelo MCTI.

André destacou que, embora o Fundo Social não reserve especificamente 20% de recursos para ciência e tecnologia, o próprio texto institui uma política de governança, por meio de um conselho deliberativo, que permite o debate sobre a destinação da verba.

— Isso pode atender circunstâncias como o melhor direcionamento para uma área ou outra, em função, por exemplo, da agenda de governo ou outras prioridades que surjam.

O secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar do Comando da Marinha do Brasil, Sérgio Gago Guida, disse que os representantes do órgão são conscientes da importância da ciência e tecnologia para o país. Ele explicou que qualquer pesquisa na Antártida ou no mar, por exemplo, é muito cara, e informou que os editais atuais do CNPq são importantes, porém insuficientes.

— O último edital foi da ordem de R\$ 18 milhões. Muito pouco, quando comparado ao que nós gastamos em logística, que é um custo fixo, onde gastamos um total de R\$ 80 milhões por ano.

Também favorável à aprovação do projeto de lei, o secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Denizar Vianna Araújo, ressaltou que a articulação das demandas deve ser feita pelo MCTI junto aos demais órgãos. O especialista defendeu o bom senso nas tomadas de decisões, alertando que políticas públicas referentes à saúde devem ser norteadas por evidências. E isso, segundo ele, só é possível por meio da pesquisa.

— O Ministério da Saúde tem um dos maiores orçamentos da Esplanada, mas precisa usar bem esse recurso, e o MCTI é fundamental nessa articulação. É essa utilização adequada que levará benefícios à sociedade, fazendo com que cada cidadão perceba o valor dos investimentos.

Recursos

Coordenadora-geral de Programas Estratégicos da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Priscila Lelis Cagni disse que o Ministério da Educação é favorável ao PLS 181/2016, com ressalvas. Segundo ela, a destinação limitada aos programas e projetos vinculados a uma instituição específica, como o CNPq, impediria que outras ações voltadas para o desenvolvimento científico e tecnológico sejam beneficiadas pelos recursos decorrentes do rendimento do Fundo Social.

—A **Capes** foi consultada em 2016, mas permanece com a mesma posição. Estamos à disposição nessa discussão, que é bastante importante, inclusive, com os parceiros aqui, para que cada um faça suas considerações.

Difusão do conhecimento

O autor do requerimento para a audiência pública, senador Izalci Lucas (PSDB-DF), defendeu mais divulgação e conscientização sobre a pesquisa, ressaltando a importância de se popularizar o assunto. Ele atribuiu a diminuição dos recursos para a área à falta de entendimento sobre o tema e de articulação do governo na assinatura de parcerias.

— Espero que a gente consiga aprovar o projeto, mas é importante que os demais ministérios continuem a investir em pesquisa, inclusive aplicada, aproveitando as estruturas que já existem e todos os seus potenciais.

O relator do PLS 181/2016, senador Jean Paul Prattes (PT-RN), disse que respeita todas as destinações dos royalties do petróleo, considerando o assunto uma questão de Estado. Ao declarar que manterá o relatório como está, o parlamentar explicou que a destinação da verba para o MCTI não exclui o entendimento da pasta com instituições como Exército, Marinha ou Ministério da Saúde sobre o uso do recurso.

— A matéria ciência e tecnologia é indicada genericamente para a destinação. Isso significa que, se houver componentes de ciência e tecnologia no Ministério dos Esportes, por exemplo, e ele apresentar projetos relacionados ao tema, certamente terá uma destinação [de recursos] dada pelo governante de plantão.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

topo ↕

AGÊNCIA SENADO - TEMPO REAL

Sugestão de reajuste anual de bolsas de pós-graduação vira projeto de lei na CDH

Uma sugestão legislativa que determina aumentos anuais das bolsas de pós-graduação foi transformada em projeto de lei na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), nesta quinta-feira (13).

Apresentada por um cidadão por meio do Portal e-Cidadania, do Senado, a Sugestão (SUG) 34/2018 obteve, entre os dias 27 de junho a 21 de setembro do ano passado, mais de 20 mil apoios de internautas, alcançando o status de sugestão legislativa e permitindo a discussão do assunto entre os senadores da comissão.

O autor da proposição, Augusto Cesar Spadaccia Ascitti, argumentou que os bolsistas de pós-graduação não recebem reajustes há cinco anos, o que reduz o poder de compra da “mão de obra da ciência brasileira”, que depende dos valores das bolsas como fonte única de renda.

A relatora na comissão, Leila Barros (PSB-DF), considerou que a ideia merece prosperar, sob a forma de projeto de lei, pois se trata de “garantir melhores condições de trabalho para um grupo de pessoas que se dedica a estudos e pesquisas que contribuem, na esfera de sua atuação, tanto para a construção de novos patamares para a produção científica e tecnológica da academia quanto para o próprio desenvolvimento do país”.

Para a senadora, conceder bolsas de estudo para esse grupo de pessoas não é realizar gastos sem retorno, mas investir no futuro. Ela destacou que o país conta com consistentes programas de pós-graduação e uma rede de centros de pesquisa,

fomentados por instituições como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

“Entretanto, para que a máquina continue a funcionar adequadamente, é preciso que existam pessoas com tempo, disponibilidade e tranquilidade para realizar as pesquisas. Nesse sentido, proteger o poder de compra das bolsas concedidas é urgente. Afinal, já houve perdas significativas, pois os valores não têm sido alterados desde abril de 2013”, declarou.

No projeto de lei proposto por Leila, o reajuste nos valores das bolsas terá periodicidade anual e será calculado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Entretanto, a relatora eliminou do texto original a possibilidade de reajuste retroativo das bolsas em vigor.

topo ↕

BROADCAST - TEMPO REAL

BUSCA POR MESTRADO PROFISSIONAL CRESCE 270% NO BRASIL

(DINO - 13 jun, 2019) - Você já ouviu falar de Mestrado Profissional? Pois saiba que essa modalidade só cresce no Brasil. Criado há quase duas décadas e regulamentado em 2009, esse tipo de curso tem atraído cada vez mais profissionais, apresentando um crescimento de 270% na procura nos últimos oito anos. Segundo dados da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, no ano de sua regulamentação, havia 10.135 alunos matriculados em um Mestrado Profissional no Brasil. Em 2017, último dado disponível, esse número passou para 37.568 estudantes. No mesmo período, a oferta de cursos também cresceu, passando de 243 para 739, um aumento de 204%.

Para o diretor da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UP) da Universidade Positivo, Roberto Di Benedetto, a possibilidade de realizar pesquisa estratégica de elevada relevância social, científica e tecnológica vinculada à profissão do mestrando é um dos motivos que explica o aumento na procura por esse tipo de Pós-Graduação. "O profissional que realiza um mestrado ou doutorado profissional não apenas avança em sua formação, mas também transforma a instituição na qual trabalha, porque seu objeto de pesquisa é sua atividade profissional", ressalta Benedetto.

A Universidade Positivo oferta atualmente cinco programas de Mestrado Profissional, incluindo um novo curso na área de Direito, além de um Doutorado Profissional em Biotecnologia Industrial, também lançado em 2019. "O Mestrado Profissional em Direito é o primeiro da modalidade no Paraná e tem como propósito qualificar profissionais de diferentes áreas especializadas em questões que respondam às necessidades jurídicas de adequação e de mudança de seu ambiente profissional", acrescenta o diretor.

O curso

O Mestrado Profissional é uma Pós-Graduação *stricto sensu*, porém, em vez de fazer pesquisa básica, o foco é o estudo de técnicas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho. Ainda assim, o curso tem o mesmo rigor acadêmico e científico do Mestrado convencional e também confere a possibilidade dos egressos cursarem o

Doutorado, seja ele Profissional ou Acadêmico.

A possibilidade, aliás, foi um dos motivos que levou a cirurgiã-dentista Carlla Alberton, mestranda em Odontologia Clínica com ênfase em Endodontia, ao optar pelo Mestrado Profissional. "Acredito que essa seja uma boa opção para quem tem a intenção de desenvolver trabalhos técnico-científicos. Ele te aproxima do mercado de trabalho, com a experiência adquirida durante os anos de estudo, desempenhando uma alta qualificação profissional, além de conhecimento e capacitação em pesquisa e docência", explica.

Quem procura?

De acordo com Benedetto, a conclusão do Mestrado Profissional é parecida com a do Mestrado Acadêmico, bem como a admissão nos mesmos, que varia conforme a instituição de ensino. O que muda é o perfil do estudante, que na modalidade profissional, geralmente, tem elevada formação (já passou por outras especializações e MBAs), quer empreender, ou atuar em áreas estratégicas de empresas e órgãos públicos e, para isso, busca uma sólida formação para tomar as principais decisões na empresa ou instituição na qual trabalha.

"O Mestrado Profissional me proporcionou a oportunidade de empreender, pois me motivei a colocar em prática o projeto de dissertação na área de Biotecnologia Agroindustrial e, atualmente, sou sócio fundador de uma empresa na área", diz o engenheiro químico Luís Fernando Zoschke, que está terminando o Mestrado Profissional em Biotecnologia Industrial.

Ranking

Para quem já está no mercado de trabalho, as vantagens do Mestrado Profissional são inegáveis, visto que, nessa modalidade, conciliar emprego e estudo é mais fácil do que no Mestrado Acadêmico. Porém, assim como em outras modalidades de Pós-Graduação, pesquisar a instituição de ensino na qual se pretende estudar é essencial, visto que, em 2017, somente 49 programas em todo o Brasil receberam a nota máxima da **Capes** que, periodicamente, avalia as instituições. Entre eles, estão os cursos de Biotecnologia Industrial, Gestão Ambiental e Odontologia Clínica da Universidade Positivo.

Sobre a Universidade Positivo

A Universidade Positivo concentra, na Educação Superior, a experiência educacional de mais de quatro décadas do Grupo Positivo. A instituição teve origem em 1988 com as Faculdades Positivo, que, dez anos depois, foram transformadas no Centro Universitário Positivo (UnicenP). Em 2008, foi autorizada pelo Ministério da Educação a ser transformada em Universidade. Atualmente, oferece mais de 50 cursos de Graduação presenciais, quatro cursos de Doutorado, sete cursos de Mestrado, mais de 190 programas de Especialização e MBA, sete cursos de idiomas e dezenas de programas de Extensão. A Universidade Positivo conta com sete unidades em Curitiba, uma unidade em Londrina (PR), uma unidade em Joinville (SC), além de polos de Educação a Distância (EAD) em mais de 50 cidades espalhadas pelo Brasil. Em 2018, a

Universidade Positivo foi classificada entre as 100 instituições mais bem colocadas no ranking mundial de sustentabilidade da UI GreenMetric.

topo ↗

GAZETA DE VOTORANTIM - TEMPO REAL

Busca por Mestrado Profissional cresce 270% no Brasil

Número de cursos ofertados também aumentou, passando de 243 para 739 em oito anos

Você já ouviu falar de Mestrado Profissional? Pois saiba que essa modalidade só cresce no Brasil. Criado há quase duas décadas e regulamentado em 2009, esse tipo de curso tem atraído cada vez mais profissionais, apresentando um crescimento de 270% na procura nos últimos oito anos. Segundo dados da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, no ano de sua regulamentação, havia 10.135 alunos matriculados em um Mestrado Profissional no Brasil. Em 2017, último dado disponível, esse número passou para 37.568 estudantes. No mesmo período, a oferta de cursos também cresceu, passando de 243 para 739, um aumento de 204%.

Para o diretor da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UP) da Universidade Positivo, Roberto Di Benedetto, a possibilidade de realizar pesquisa estratégica de elevada relevância social, científica e tecnológica vinculada à profissão do mestrando é um dos motivos que explica o aumento na procura por esse tipo de Pós-Graduação. "O profissional que realiza um mestrado ou doutorado profissional não apenas avança em sua formação, mas também transforma a instituição na qual trabalha, porque seu objeto de pesquisa é sua atividade profissional", ressalta Benedetto.

A Universidade Positivo oferta atualmente cinco programas de Mestrado Profissional, incluindo um novo curso na área de Direito, além de um Doutorado Profissional em Biotecnologia Industrial, também lançado em 2019. "O Mestrado Profissional em Direito é o primeiro da modalidade no Paraná e tem como propósito qualificar profissionais de diferentes áreas especializadas em questões que respondam às necessidades jurídicas de adequação e de mudança de seu ambiente profissional", acrescenta o diretor.

O curso

O Mestrado Profissional é uma Pós-Graduação *stricto sensu*, porém, em vez de fazer pesquisa básica, o foco é o estudo de técnicas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho. Ainda assim, o curso tem o mesmo rigor acadêmico e científico do Mestrado convencional e também confere a possibilidade dos egressos cursarem o Doutorado, seja ele Profissional ou Acadêmico.

A possibilidade, aliás, foi um dos motivos que levou a cirurgiã-dentista Carlla Alberton, mestranda em Odontologia Clínica com ênfase em Endodontia, ao optar pelo Mestrado Profissional. "Acredito que essa seja uma boa opção para quem tem a intenção de desenvolver trabalhos técnico-científicos. Ele te aproxima do mercado de trabalho, com a experiência adquirida durante os anos de estudo, desempenhando uma alta qualificação profissional, além de conhecimento e capacitação em pesquisa e docência", explica.

Quem procura?

De acordo com Benedetto, a conclusão do Mestrado Profissional é parecida com a do Mestrado Acadêmico, bem como a admissão nos mesmos, que varia conforme a instituição de ensino. O que muda é o perfil do estudante, que na modalidade profissional, geralmente, tem elevada formação (já passou por outras especializações e MBAs), quer empreender, ou atuar em áreas estratégicas de empresas e órgãos públicos e, para isso, busca uma sólida formação para tomar as principais decisões na empresa ou instituição na qual trabalha.

"O Mestrado Profissional me proporcionou a oportunidade de empreender, pois me motivei a colocar em prática o projeto de dissertação na área de Biotecnologia Agroindustrial e, atualmente, sou sócio fundador de uma empresa na área", diz o engenheiro químico Luís Fernando Zoschke, que está terminando o Mestrado Profissional em Biotecnologia Industrial.

Ranking

Para quem já está no mercado de trabalho, as vantagens do Mestrado Profissional são inegáveis, visto que, nessa modalidade, conciliar emprego e estudo é mais fácil do que no Mestrado Acadêmico. Porém, assim como em outras modalidades de Pós-Graduação, pesquisar a instituição de ensino na qual se pretende estudar é essencial, visto que, em 2017, somente 49 programas em todo o Brasil receberam a nota máxima da **Capes** que, periodicamente, avalia as instituições. Entre eles, estão os cursos de Biotecnologia Industrial, Gestão Ambiental e Odontologia Clínica da Universidade Positivo.

Sobre a Universidade Positivo

A Universidade Positivo concentra, na Educação Superior, a experiência educacional de mais de quatro décadas do Grupo Positivo. A instituição teve origem em 1988 com as Faculdades Positivo, que, dez anos depois, foram transformadas no Centro Universitário Positivo (UnicenP). Em 2008, foi autorizada pelo Ministério da Educação a ser transformada em Universidade. Atualmente, oferece mais de 50 cursos de Graduação presenciais, quatro cursos de Doutorado, sete cursos de Mestrado, mais de 190 programas de Especialização e MBA, sete cursos de idiomas e dezenas de programas de Extensão. A Universidade Positivo conta com sete unidades em Curitiba, uma unidade em Londrina (PR), uma unidade em Joinville (SC), além de polos de Educação a Distância (EAD) em mais de 50 cidades espalhadas pelo Brasil. Em 2018, a Universidade Positivo foi classificada entre as 100 instituições mais bem colocadas no ranking mundial de sustentabilidade da UI GreenMetric.

Website: <http://www.centralpress.com.br>

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Busca por Mestrado Profissional cresce 270% no Brasil

Educação / Você já ouviu falar de Mestrado Profissional? Pois saiba que essa modalidade só cresce no Brasil. Criado há quase duas décadas e regulamentado em 2009, esse tipo de curso tem atraído cada vez mais profissionais, apresentando um

crescimento de 270% na procura nos últimos oito anos. Segundo dados da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), no ano de sua regulamentação, havia 10.135 alunos matriculados em um Mestrado Profissional no Brasil. Em 2017, último dado disponível, esse número passou para 37.568 estudantes. No mesmo período, a oferta de cursos também cresceu, passando de 243 para 739, um aumento de 204%.

Para o diretor da Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD/UP) da Universidade Positivo, Roberto Di Benedetto, a possibilidade de realizar pesquisa estratégica de elevada relevância social, científica e tecnológica vinculada à profissão do mestrando é um dos motivos que explica o aumento na procura por esse tipo de Pós-Graduação. "O profissional que realiza um mestrado ou doutorado profissional não apenas avança em sua formação, mas também transforma a instituição na qual trabalha, porque seu objeto de pesquisa é sua atividade profissional", ressalta Benedetto.

A Universidade Positivo oferta atualmente cinco programas de Mestrado Profissional, incluindo um novo curso na área de Direito, além de um Doutorado Profissional em Biotecnologia Industrial, também lançado em 2019. "O Mestrado Profissional em Direito é o primeiro da modalidade no Paraná e tem como propósito qualificar profissionais de diferentes áreas especializadas em questões que respondam às necessidades jurídicas de adequação e de mudança de seu ambiente profissional", acrescenta o diretor.

O curso

O Mestrado Profissional é uma Pós-Graduação *stricto sensu*, porém, em vez de fazer pesquisa básica, o foco é o estudo de técnicas que atendam a alguma demanda do mercado de trabalho. Ainda assim, o curso tem o mesmo rigor acadêmico e científico do Mestrado convencional e também confere a possibilidade dos egressos cursarem o Doutorado, seja ele Profissional ou Acadêmico.

A possibilidade, aliás, foi um dos motivos que levou a cirurgiã-dentista Carlla Alberton, mestranda em Odontologia Clínica com ênfase em Endodontia, ao optar pelo Mestrado Profissional. "Acredito que essa seja uma boa opção para quem tem a intenção de desenvolver trabalhos técnico-científicos. Ele te aproxima do mercado de trabalho, com a experiência adquirida durante os anos de estudo, desempenhando uma alta qualificação profissional, além de conhecimento e capacitação em pesquisa e docência", explica.

Quem procura?

De acordo com Benedetto, a conclusão do Mestrado Profissional é parecida com a do Mestrado Acadêmico, bem como a admissão nos mesmos, que varia conforme a instituição de ensino. O que muda é o perfil do estudante, que na modalidade profissional, geralmente, tem elevada formação (já passou por outras especializações e MBAs), quer empreender, ou atuar em áreas estratégicas de empresas e órgãos públicos e, para isso, busca uma sólida formação para tomar as principais decisões na empresa ou instituição na qual trabalha.

"O Mestrado Profissional me proporcionou a oportunidade de empreender, pois me motivei a colocar em prática o projeto de dissertação na área de Biotecnologia Agroindustrial e, atualmente, sou sócio fundador de uma empresa na área", diz o engenheiro químico Luís Fernando Zoschke, que está terminando o Mestrado Profissional em Biotecnologia Industrial.

Ranking

Para quem já está no mercado de trabalho, as vantagens do Mestrado Profissional são inegáveis, visto que, nessa modalidade, conciliar emprego e estudo é mais fácil do que no Mestrado Acadêmico. Porém, assim como em outras modalidades de Pós-Graduação, pesquisar a instituição de ensino na qual se pretende estudar é essencial, visto que, em 2017, somente 49 programas em todo o Brasil receberam a nota máxima da **Capes** que, periodicamente, avalia as instituições. Entre eles, estão os cursos de Biotecnologia Industrial, Gestão Ambiental e Odontologia Clínica da Universidade Positivo.

Sobre a Universidade Positivo

A Universidade Positivo concentra, na Educação Superior, a experiência educacional de mais de quatro décadas do Grupo Positivo. A instituição teve origem em 1988 com as Faculdades Positivo, que, dez anos depois, foram transformadas no Centro Universitário Positivo (UnicenP). Em 2008, foi autorizada pelo Ministério da Educação a ser transformada em Universidade. Atualmente, oferece mais de 50 cursos de Graduação presenciais, quatro cursos de Doutorado, sete cursos de Mestrado, mais de 190 programas de Especialização e MBA, sete cursos de idiomas e dezenas de programas de Extensão. A Universidade Positivo conta com sete unidades em Curitiba, uma unidade em Londrina (PR), uma unidade em Joinville (SC), além de polos de Educação a Distância (EAD) em mais de 50 cidades espalhadas pelo Brasil. Em 2018, a Universidade Positivo foi classificada entre as 100 instituições mais bem colocadas no ranking mundial de sustentabilidade da UI GreenMetric.

Website: <http://www.centralpress.com.br>

topo ↕

AMAZONAS+ - TEMPO REAL

Professores da Seduc-AM são selecionados para intercâmbio nos EUA

Em parceria com universidades americanas, programa oferecerá atividades com aulas práticas em high school e cultura americana

Seis professores da Secretaria de Estado de Educação (Seduc-AM) passarão 45 dias nos Estados Unidos para uma formação continuada diferente. Eles foram selecionados para o Programa de Desenvolvimento de Professores de Inglês (PDPI), oferecido pela Fundação Fulbright e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Dos 1.007 educadores de todo o Brasil que se inscreveram para a formação em uma universidade nos EUA, 486 foram selecionados e receberão o curso intensivo – entre os meses de julho e agosto –, em três modalidades: Desenvolvimento de Metodologias e Aprimoramento em Inglês – Intermediário I e II.

“É uma oportunidade única, enquanto profissional, poder participar desse projeto. Poder

me aprimorar na nossa área, diretamente inserida no contexto de educação de escolas americanas, é incrível! Além de poder viajar com todas as despesas pagas, podendo focar totalmente no curso”, assinalou a professora Lídia Cristina Sena, da Escola Estadual Tenente Coronel Cândido José Mariano.

No Amazonas, os professores selecionados foram Anselmo Guimarães (Escola Estadual Professora Eliana de Freitas Moraes), que irá para a Arkansas State University; e Lídia Sena (E.E. Ten. Cel. Cândido Mariano), Raphael Melanias (Ceti Gilberto Mestrinho), Ricardo Ernesto Valdés (E.E. Cacilda Braule Pinto), Sérgio Reis Andrade Lima (E. E. Elisa Bessa Freire) e Chiara Andrezza Alves Furtado (E. E. Vicente Telles de Souza), que seguirão para a Iowa State University.

Oportunidade única – Para o professor Raphael Melanias, a oportunidade representa ganhos tanto no aspecto profissional quanto pessoal. “Além de ser a realização de um sonho antigo, que está acontecendo agora, tenho certeza de que será uma experiência ímpar em todos os aspectos. Vamos estar em contato com outros docentes e poder trocar experiências e aprendizados”, comentou.

O educador Sérgio Reis também salientou que a imersão será um ponto motivador para levar nossas experiências para a sala de aula, pela vivência em outro País.

“Durante as aulas de inglês os alunos compartilham o interesse que tem na cultura americana, em como funcionam as escolas de lá. Essa viagem vai servir também para fomentar essa curiosidade deles e até incentivá-los a se aprofundar nos estudos da língua inglesa”, comentou.

Formação – Os educadores terão aulas de Língua Inglesa, história americana, tecnologias educacionais, produção textual e metodologias, entre outras disciplinas. Além disso, visitarão high schools (equivalentes a escolas de Ensino Médio) para vivenciar as aulas práticas.

“Teremos a oportunidade de adquirir novas metodologias de ensino-aprendizagem, motivando inclusive outros professores. Estamos orgulhosos por termos sido selecionados para representar o Amazonas e levar um pouco da nossa cultura a instituições renomadas internacionais”, assinalou a professora Chiara.

Fulbright – O curso intensivo é realizado pela Fundação Fulbright, que financia e gerencia intercâmbio entre estudantes e profissionais de todas as partes do mundo, em parceria com **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Ministério da Educação (MEC) e tem apoio da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc-AM).

[topo](#)

CORREIO DA AMAZÔNIA - AM - TEMPO REAL

Professores da Seduc são selecionados para intercâmbio nos EUA

Seis professores da Secretaria de Estado de Educação (Seduc-AM), foram selecionados para o Programa de Desenvolvimento de Professores de Inglês (PDPI), oferecido pela Fundação Fulbright e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, eles passarão 45 dias nos Estados Unidos para uma formação continuada diferente.

Dos 1.007 educadores de todo o Brasil que se inscreveram para a formação em uma universidade nos EUA, 486 foram selecionados e receberão o curso intensivo – entre os meses de julho e agosto –, em três modalidades: Desenvolvimento de Metodologias e Aprimoramento em Inglês – Intermediário I e II.

“É uma oportunidade única, enquanto profissional, poder participar desse projeto. Poder me aprimorar na nossa área, diretamente inserida no contexto de educação de escolas americanas, é incrível! Além de poder viajar com todas as despesas pagas, podendo focar totalmente no curso”, assinalou a professora Lídia Cristina Sena, da Escola Estadual Tenente Coronel Cândido José Mariano.

No Amazonas, os professores selecionados foram Anselmo Guimarães (Escola Estadual Professora Eliana de Freitas Moraes), que irá para a Arkansas State University; e Lídia Sena (E.E. Ten. Cel. Cândido Mariano), Raphael Melanias (Ceti Gilberto Mestrinho), Ricardo Ernesto Valdés (E.E. Cacilda Braule Pinto), Sérgio Reis Andrade Lima (E. E. Elisa Bessa Freire) e Chiara Andrezza Alves Furtado (E. E. Vicente Telles de Souza), que seguirão para a Iowa State University.

Oportunidade única – Para o professor Raphael Melanias, a oportunidade representa ganhos tanto no aspecto profissional quanto pessoal. “Além de ser a realização de um sonho antigo, que está acontecendo agora, tenho certeza de que será uma experiência ímpar em todos os aspectos. Vamos estar em contato com outros docentes e poder trocar experiências e aprendizados”, comentou.

O educador Sérgio Reis também salientou que a imersão será um ponto motivador para levar nossas experiências para a sala de aula, pela vivência em outro País.

“Durante as aulas de inglês os alunos compartilham o interesse que tem na cultura americana, em como funcionam as escolas de lá. Essa viagem vai servir também para fomentar essa curiosidade deles e até incentivá-los a se aprofundar nos estudos da língua inglesa”, comentou.

Formação – Os educadores terão aulas de Língua Inglesa, história americana, tecnologias educacionais, produção textual e metodologias, entre outras disciplinas. Além disso, visitarão high schools (equivalentes a escolas de Ensino Médio) para vivenciar as aulas práticas.

“Teremos a oportunidade de adquirir novas metodologias de ensino-aprendizagem, motivando inclusive outros professores. Estamos orgulhosos por termos sido selecionados para representar o Amazonas e levar um pouco da nossa cultura a instituições renomadas internacionais”, assinalou a professora Chiara.

Fulbright – O curso intensivo é realizado pela Fundação Fulbright, que financia e gerencia intercâmbio entre estudantes e profissionais de todas as partes do mundo, em parceria com **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, do Ministério da Educação (MEC) e tem apoio da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (Seduc-AM).

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MEC propõe aumentar repasse de 10% para 15% para o Fundeb

Atualmente, o Fundeb é responsável por 63% dos recursos aplicados na educação básica. Em 2019, estão previstos repasses de R\$ 14,4 bilhões.

O Ministério da Educação (MEC) informou nesta quinta-feira (13) que propõe aumentar de 10% para 15% o repasse da União para o Fundeb, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica. O aumento seria feito ano a ano, na ordem de 1%.

O órgão também manifestou apoio a um projeto em tramitação na Câmara que prevê alterações para o fundo (leia mais abaixo).

Atualmente, o Fundeb é responsável por 63% dos recursos aplicados na educação básica, segundo o MEC. Em 2019, estão previstos repasses de R\$ 14,4 bilhões.

O Fundeb foi criado em 2006 para ampliar os investimentos no ensino infantil, fundamental e médio, mas vai expirar em 2020. Especialistas defendem que o fundo seja mantido, e diversas propostas têm sido feitas para um novo Fundeb.

Entre elas está o projeto da deputada professora Dorinha (DEM-TO), em tramitação na Câmara. O MEC informou que apoia o texto da deputada que, segundo o ministério, está "avançado tecnicamente e em convergência com o MEC".

A origem dos recursos para financiar o aumento dos repasses ainda não está definida, de acordo com o MEC.

Reunião com parlamentares

A proposta do MEC foi apresentada pelo ministro Abraham Weintraub a deputados nesta quinta (12), segundo o ministério. De acordo com o órgão, a proposta de Weintraub é "dar uma roupagem mais aprimorada para o Fundeb."

"Vamos trazer critérios que melhorem o desempenho da educação básica atrelado à eficiência na aplicação dos recursos", afirmou o ministro, de acordo com a pasta.

Propostas do MEC para o Fundeb

Abaixo estão listadas as sugestões do MEC para a proposta da deputada professora Dorinha. Confira:

"Colaboração entre os entes federados: o MEC propõe que esteja exposto no texto constitucional que o acesso ao ensino obrigatório e gratuito será assegurado por meio do regime de colaboração entre os municípios, os Estados, o Distrito Federal e a União. Retirado do "dever solidário": a previsão constitucional de responsabilidade solidária dos entes governamentais foi incluída no substitutivo da PEC. No entanto, devem ser fortalecidos os pressupostos básicos do regime de colaboração.

Valor aluno/ano: o valor aluno deve ser calculado a partir de uma base de dados disponível à União e operacionalizável anualmente. A sugestão é a troca do termo "valor aluno/ano total" por "valor aluno/ano calculado a partir dos recursos próprios", fazendo assim uma melhor delimitação metodológica da forma de distribuição da Complementação da União.

Aumento dos repasses da União: a complementação da União já é de 10%. A sugestão é que o valor suba ao patamar de 15%, numa escala progressiva de 1 ponto percentual ao ano, partindo do percentual mínimo de 10% no primeiro ano de vigência do novo

Fundo.

ICMS: o MEC sugere a indução, pela União, da adoção de modelos de repartição do ICMS voltados à qualidade da Educação. Os modelos levariam à busca por melhores resultados na gestão dos sistemas de ensino por parte do Estados e à melhoria da gestão, pelos municípios, dos sistemas de ensino."

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Pesquisa busca novos larvicidas contra o Aedes

Publicado na revista científica 'Frontiers in Physiology', o estudo aponta que a inibição de uma enzima que atua no processo digestivo das larvas do mosquito pode bloquear o desenvolvimento do inseto

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) desvendou detalhes de um aspecto pouco conhecido da biologia do Aedes, que pode contribuir para novas estratégias de controle do vetor da dengue, zika e chikungunya. Publicado na revista científica Frontiers in Physiology, o estudo aponta que a inibição de uma enzima que atua no processo digestivo das larvas do mosquito pode bloquear o desenvolvimento do inseto, impedindo que o Aedes chegue à fase de mosquito adulto, momento em que é capaz de transmitir os vírus.

Segundo Fernando Genta, pesquisador do Laboratório de Bioquímica e Fisiologia de Insetos do IOC e coordenador do trabalho, os achados abrem portas para a produção de novos larvicidas. "Os dados indicam que a ação da enzima β -1,3-glucanase no intestino das larvas é crítica para a aquisição de nutrientes. Nossos testes mostraram que a inibição dessa molécula foi capaz tanto de reduzir o avanço do ciclo para o estágio de pupa, no qual ocorre a transformação em mosquito adulto, quanto de provocar a morte das larvas. Considerando que essa enzima não está presente em mamíferos, pode ser um bom alvo para o desenvolvimento de novos larvicidas, com baixo risco para a saúde humana", afirma o pesquisador.

Além do Laboratório de Bioquímica e Fisiologia de Insetos, a pesquisa contou com a participação dos laboratórios de Biologia Computacional e Sistemas e de Fisiologia e Controle de Artrópodes Vetores do IOC. O estudo foi financiado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj).

Das baratas aos Aedes

À frente de pesquisas que identificaram enzimas β -1,3-glucanases em baratas, gafanhotos e besouros, além de larvas de flebotomíneos (vetores das leishmanioses) e Aedes, o coordenador do estudo explica que essas moléculas podem atuar no aparelho digestivo e no sistema imune dos insetos. Na digestão, as enzimas agem para quebrar um tipo de açúcar – chamado de β -1,3-glucana – que compõe a parede celular dos fungos e das plantas, liberando os nutrientes mais ricos, que se encontram no interior das células. Já na resposta imune, participam do reconhecimento e degradação de microrganismos invasores.

Nos Aedes, cinco variedades da enzima β -1,3-glucanase foram encontradas, sendo três delas com atividade significativa nas larvas. Entre estas, o estudo conseguiu identificar a

principal β -1,3-glucanase digestiva e apontou que as outras moléculas devem participar do sistema de defesa dos insetos. Para chegar aos resultados, os pesquisadores examinaram o DNA do Aedes, identificando os genes que orientam a produção de β -1,3-glucanases. Em seguida, mediram a ativação desses genes no intestino e em outras partes do organismo das larvas. Além disso, foram realizados testes de silenciamento, no qual a ativação dos genes é inibida através de uma metodologia chamada de RNA de interferência (RNAi). “Quando inibimos a enzima digestiva, as larvas se desenvolvem menos, podendo chegar ao colapso metabólico. Já a inibição de enzimas relacionadas ao sistema imune, torna as larvas mais frágeis em situações de estresse, como a restrição de alimento”, pontua Genta.

Alternativas inovadoras

O conhecimento aprofundado sobre a digestão das larvas pode ser o primeiro passo na busca de estratégias de controle do Aedes mais eficazes e seletivas, com menor risco para as pessoas e o meio ambiente. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Biologia Celular e Molecular do IOC e pós-doutoranda do Laboratório de Bioquímica e Fisiologia de Insetos, Raquel Souza aponta que a metodologia de silenciamento genético padronizada na pesquisa pode contribuir para o desenvolvimento de um biolarvicida. “No estudo, as moléculas para o RNAi foram sintetizadas em laboratório. Porém, utilizando técnicas de engenharia genética, é possível programar leveduras [um tipo de fungo que não causa doença] para produzir esses compostos. Ao serem ingeridas pelas larvas, elas liberariam o RNAi, interrompendo a produção da β -1,3-glucanase”, explica a primeira autora do artigo. A especificidade seria a principal vantagem do método, que já é testado em pesquisas para controle do mosquito *Anopheles gambiae*, vetor da malária, e de pragas agrícolas. “Se a molécula de RNAi tiver como alvo o gene da enzima digestiva do Aedes, não haverá impacto sobre outros insetos, reduzindo o dano ambiental”, completa Raquel.

A produção de inibidores de β -1,3-glucanase a partir de compostos naturais é outra alternativa. Em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pesquisadores do Laboratório de Bioquímica e Fisiologia de Insetos do IOC já isolaram três compostos de algas marinhas capazes de inibir enzimas desse grupo. Considerando os dados da pesquisa recém-publicada, os cientistas avaliam que será possível encontrar inibidores mais potentes ou aprimorar as moléculas já identificadas.

Considerando o papel do Aedes na transmissão de doenças com alto impacto sobre a população, os autores do estudo ressaltam que a possibilidade de desenvolvimento de novos larvicidas pode contribuir para as ações de controle, mas não reduz a necessidade de combater os criadouros do vetor. “É importante lembrar que, assim como a aplicação de inseticidas, o uso de larvicidas deve ser uma medida complementar. O uso excessivo desses produtos leva ao desenvolvimento da resistência pelos mosquitos, reduzindo sua eficácia. Eliminar os criadouros, impedindo o acúmulo de água parada, é fundamental para evitar a reprodução do Aedes e a transmissão de doenças como dengue, zika e chikungunya”, enfatiza Genta.

topo ↕

PORTAL AMIRT - TEMPO REAL

Instituto de Ciências Agrárias da UFMG inicia programa de Mestrado em Alimentos e Saúde

Neste ano, o Instituto de Ciências Agrárias (ICA), campus regional da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em Montes Claros, passa a ofertar um novo curso de Pós-graduação stricto sensu. O Mestrado em Alimentos e Saúde teve a aprovação da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e lançou neste mês edital de seleção para a primeira turma. As inscrições vão até o dia 5 de julho.

São oferecidas 14 vagas para o ingresso no segundo semestre de 2019, em edital regular, distribuídas entre as três linhas de pesquisa do programa: “Processos e Controles em Ciência de Alimentos aplicados à Saúde”; “Efeitos dos Alimentos e suas tecnologias na Fisiopatologia e Nutrição”; e “Alimentos, Microbiologia e Modulação Biomolecular”. Três vagas são reservadas para candidatos autodeclarados negros. Também são ofertadas duas vagas, uma para indígenas e uma para pessoas com deficiência, em edital suplementar.

De acordo com a ementa, o curso visa a inovação e o aprimoramento das tecnologias associadas à produção de alimentos, seleção e obtenção de novos ingredientes e elevação contínua dos índices de eficiência dos sistemas melhoramento alimentar, bem como avaliar os efeitos desses alimentos sobre a saúde de seres humanos e/ou animais, avaliando e melhorando o funcionamento do organismo e aumentando o bem-estar de indivíduos.

O professor do ICA e um dos coordenadores do programa, Sérgio Santos, explica que o curso é interdisciplinar e propõe atender à demanda de ampliar a qualificação dos profissionais na região em que o campus se insere. “A região de Montes Claros possui grande número de empresas e indústrias voltadas para a produção de alimentos à exemplos de laticínios, produtos de agricultura e frutos regionais característicos. Percebe-se, não só no Norte de Minas, mas também em todo o Brasil, uma carência de profissionais habilitados em permear e melhorar produtos e serviços com interface entre alimentos e seus efeitos na saúde. Nesse ponto, o curso proposto será inédito no país”, disse.

O professor enfatiza que a proposta contribui para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, com a perspectiva de projetos produtivos e socialmente justos. “Acreditamos que a criação do Mestrado possibilitará a formação de recursos humanos altamente qualificados, através desenvolvimento de pesquisas e tecnologias inovadoras, que permitirão o crescimento e desenvolvimento regional resolvendo problemas e integrando indústria, alimentos, saúde e sociedade”, completou Sérgio.

Processo seletivo

Podem se inscrever no edital graduados em áreas afins ao curso. Os interessados em participar do processo seletivo devem se inscrever na secretaria da Pós-graduação (Anexo do Centro de Atividades Administrativas e Didáticas – CAAD, Av. Universitária, 1.000 – Bairro Universitário – CEP: 39 404-547, Montes Claros – MG), com a entrega de toda documentação exigida no edital em envelope único lacrado até 5 de julho. O atendimento é de segunda à sexta-feira, das 8h às 11h e das 14h às 16h. Também serão aceitas inscrições pelo Sedex, desde que postadas até o dia 27 de junho de 2019.

O processo de seleção é constituído de três etapas: avaliação escrita de conhecimentos

específicos na área de Alimentos e Saúde; avaliação de projeto de pesquisa; e avaliação do Curriculum vitae.

O cronograma do processo seletivo e outras informações sobre a inscrição podem ser obtidas nos editais disponíveis na página do Mestrado em Alimentos e Saúde.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Brasil tem baixa taxa de escolarização superior, diz Sindicato

O Mapa do Ensino Superior no Brasil, lançado hoje, 13, pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), mostrou uma baixa taxa de escolarização líquida, que estima o percentual de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em relação ao total da população nessa mesma faixa etária. Em 2017, a taxa ficou em torno de 17,8%. No ano anterior, a taxa era de 18,5%.

O Semesp ressalta que, apesar dessa baixa taxa, o número de matrículas no ensino superior cresceu em 2017 em relação a 2016, passando de 8,05 milhões para 8,29 milhões, aumento de 3% nas matrículas. Esses valores somam matrícula de alunos das redes privada e pública e das modalidades presencial e ensino à distância (EAD).

A entidade avalia que esse crescimento foi puxado, principalmente, pelo aumento do número de matrículas na modalidade EAD, já que a modalidade presencial teve pequena queda de 0,4%.

Ensino a distância

Nas matrículas dos cursos a distância, de 2016 para 2017, o crescimento chegou a 17,7%, seguindo a tendência de aumento registrada nos anos anteriores. Em 2017, foram 1,76 milhão de alunos ante 1,49 milhão de 2016, com mais alunos tanto na rede privada (16%) quanto na pública (36,9%).

O número de estudantes ingressantes no 1º ano dos cursos teve aumento em 2017 tanto na modalidade presencial quanto EAD. Nos cursos presenciais, o crescimento foi de 0,5%, passando de 2,14 milhão de estudantes em 2016 para 2,15 milhões em 2017. No ensino a distância, o aumento foi mais expressivo, de 27,3%, passando de 843,2 mil para 1,07 milhão, no mesmo período.

O número de estudantes concluintes, aqueles que se formaram no ensino superior, cresceu 0,9% em cursos presenciais e 9,5% em cursos EAD no comparativo entre 2016 e 2017. A taxa de evasão dos cursos presenciais chegou a 25,9% em 2017, menor do que a de 2016 (27,2%). Nos cursos a distância, ela também caiu, passando de 36,1% para 34,3%.

Pessoas com deficiência

Pela primeira vez, o Mapa do Ensino Superior trouxe informações sobre a representatividade de pessoas com deficiência nas matrículas do ensino superior, totalizando quase 40 mil matrículas em 2017: 25,2 mil nas IES privadas (63,2% do total) e 14,7 mil nas públicas (36,8%).

O sindicato ressalta que esses números têm crescido nos últimos anos. De 2009 até 2017, houve um aumento de 89,8% no número de matrículas de pessoas com

deficiência no ensino superior do país. No total de matrículas de Pessoa com Deficiência (PcD), 14,5 mil (36,3%) são representadas por algum tipo de deficiência física.

topo ↕

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ - TEMPO REAL

Encontro Nacional traz pesquisadores internacionais de Letras

Daqui a duas semanas haverá o 34º Enanpoll, o Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll). Pela primeira vez no Paraná, será sediado de 26 a 28 de junho na Universidade Estadual de Maringá (UEM). Nesta reportagem, a Assessoria de Comunicação Social da UEM entrevista alguns dos vários profissionais renomados internacionalmente que estarão neste megaevento. Todos são pesquisadores de excelência, autores de inúmeros livros e artigos científicos de alto impacto.

De acordo com a Anpoll, o Enanpoll é um momento de discussão de “questões relacionadas tanto no âmbito acadêmico de pesquisa como no que se refere às políticas governamentais”, além de produzir, divulgar conhecimento científico e “proporcionar interação e intercâmbio entre grupos de trabalho e pesquisadores”. Organizado em parceria com a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), é composto por mesas-redondas, reuniões e oficinas.

Em 2019, o Enanpoll foca em Políticas e Práticas de Viabilização do Trabalho de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. “Teremos falas do coordenador-adjunto da **Capes** [José Sueli de Magalhães, coordenador-adjunto de Programas Acadêmicos de Linguística e Literatura e professor na Universidade Federal de Uberlândia], de representantes junto ao CNPq e de professores convidados para discutir internacionalização, saúde na pós-graduação e visibilidade na área de Letras”, destaca o presidente da Anpoll, Frederico Augusto Garcia Fernandes, também doutor em Letras, docente na Universidade Estadual de Londrina (UEL) e coordenador do Portal de Poéticas Orais.

Presidente da Anpoll, Frederico Fernandes destaca que Enanpoll ocorre pela 1ª vez no PR

Zilá Bernd, doutora em Letras, irá compor uma mesa-redonda sobre a situação atual da Educação. Ela também é professora aposentada da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), docente do Programa de Pós-Graduação da Universidade LaSalle, membro do Comitê Assessor de Letras do CNPq e pesquisadora 1B do CNPq. “Há um corte drástico de 41% das verbas do Ministério da Ciência e Tecnologia. É devastador, porque já vínhamos sofrendo cortes também ao longo do governo anterior”. Em face disso, vêm sendo diminuídos a concessão de bolsas de mestrado e doutorado e o apoio a eventos. “Professores, pesquisadores e alunos vão sentir na carne agora, vai ter impacto muito grande no nosso modo de trabalhar”, lamenta Bernd, que faz um discurso de enfrentamento. “Devemos mostrar mais nosso trabalho, usar nossa habilidade de escrever e argumentar para mostrar que essas políticas têm que ser modificadas. Não se pode, de uma hora para a outra, cortar os financiamentos”.

“Devemos mostrar que essas políticas têm que ser modificadas”, diz Dra. Zilá Bernd sobre situação da Educação

Outro nome no 34º Enanpoll é do professor Mário César Silva Leite, doutor em Comunicação e Semiótica, presidente do Fórum das Ciências Humanas, Sociais, Sociais Aplicadas, Letras e Artes, coordenador da linha de pesquisa em Poéticas Contemporâneas do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e membro do Conselho de Estudos Literários da Anpoll. Para ele, a pós-graduação brasileira, independentemente da área, precisa estar unida. “Estamos sofrendo golpes de foice um atrás do outro, é uma grande ameaça para a Educação brasileira. E as reuniões da Anpoll sempre foram muito importantes exatamente por isso, porque reúnem a pós-graduação da área e discutem problemas e como as questões estão se configurando”, como financiamentos e outras temáticas.

“Estamos sofrendo golpes de foice um atrás do outro, é uma grande ameaça para a Educação brasileira”, expõe Mário Leite, da UFMT

Ao encontro da declaração de Leite, Fernandes aponta que historicamente a área de Humanas tem sido negligenciada, o que “não é positivo” para reflexões sobre as práticas profissionais e para o equilíbrio social. “A técnica produzida na Academia, sobretudo pelas outras ciências, gera produtos de bens econômicos e de consumo. Então, é natural que acabem tendo uma visibilidade bem maior. Mas, sem a reflexão e o pensamento crítico das Humanas, as outras não teriam produção capaz de melhorar a qualidade de vida da sociedade como um todo”.

O indiano Kanavillil Rajagopalan também estará no 34º Enanpoll, com o propósito de mostrar que os linguistas precisam repensar seus discursos e dialogar com o público leigo. “De que forma nós, linguistas, podemos ter impacto na atual conjuntura geopolítica no mundo inteiro e, em particular, no Brasil? Há uma desconfiança geral, tanto por parte das autoridades como do público. Precisamos, mais do que nunca, interferir para mostrar que temos o que contribuir com a sociedade”, reflete ele, professor aposentado na área de Semântica e Pragmática das Línguas Naturais na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), doutor em Linguística Aplicada, pesquisador 1A do CNPq e um dos editores da Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada (Delta).

FOLHA DE LONDRINA - PR - AGENDA DA SEMANA

Gestão em Saúde Apucarana

O Polo Presencial da UAB (Universidade Aberta do Brasil) está com inscrições abertas até 10 de julho para o processo seletivo para cursos de pós-graduação em Gestão Pública Municipal (40 vagas) e em Gestão em Saúde (35). Ofertados na modalidade de educação a distância pela Unicentro (Universidade Estadual do Centro-Oeste) os cursos são desenvolvidos em convênio com a **Capes** eUAB. Informações no www.apucarana.pr.gov.br/polouab ou ead.unicentro.br ou pelo fone (43) 3425-1603.

topo ↕

O TEMPO - MG - BRASIL

Semana de Ciência e Tecnologia

A Unesc recebeu, nesta terça-feira (11/6), uma completa aula sobre a Pós-graduação no Brasil com a presença da diretora de Avaliação da **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, Sônia Nair Bábó. Sônia esteve na Universidade para encontro com lideranças da Instituição e ministrou palestra no evento que marcou o lançamento oficial da 10ª SCT (Semana de Ciência e Tecnologia) da

Unesc.

A visitante trouxe um panorama atual sobre a educação superior no país e abordou o tema “O Futuro da Pós-Graduação no Brasil” em sua fala à comunidade acadêmica no Auditório Ruy Hülse lotado. Ao anunciar a abertura dos processos de submissão de trabalhos para SCT, a coordenadora do evento, Merisandra Côrtes de Mattos Garcia, fez questão de agradecer a todos os envolvidos para que esta edição seja mais um grande sucesso. Conforme Merisandra, em 2019 mais uma vez o tema do evento na Unesc segue a linha nacional e tem como temática a “Bioeconomia: Diversidade e Riqueza para o Desenvolvimento Sustentável”.

O evento, considerado a maior das ações acadêmicas e científicas da Universidade será realizado de 21 a 25 de outubro. Um dos diferenciais desta edição, de acordo com a coordenadora, será a 1º Seminário de Infraestrutura, Planejamento e Mobilidade Urbana, novidade entre a extensa programação que contará ainda com a 19º Seminário de Iniciação Científica; o 11º Salão de Extensão; o 9º Salão de Ensino; o 5º Salão de Pósgraduação; a 6ª Feira de Inovação; o 6º Talento Musical; a 5ª Feira de Ciências; o 4º Bootcamp; o 4º Workshop de Arqueologia; o 2º Ciclo de Palestras do Museu de Zoologia; e a Jornada Empreendedora.

Destacando os números da história dos sete programas de Pós-graduação da Unesc, o diretor de Pesquisa e Pós-graduação da Unesc, Oscar Montedo, salientou a importância do conhecimento gerado e compartilhado ao longo dos anos de trabalho nas áreas abraçadas pela Unesc. “Temos números muito significados de defesas de dissertação de mestrados e teses de doutorados. Já somos reconhecidos nacionalmente pela nossa Pesquisa como uma instituição não pública e nossa intenção é ampliar cada vez mais a qualidade desse trabalho tão importante para a Universidade”, destacou.

Conforme Oscar, sendo o principal evento da Unesc, o lançamento da SCT não poderia ter presença mais significativa do que a da representante da **Capes**. “É uma honra e uma felicidade muito grande para todos nós. Estamos muito satisfeitos com a presença de todos para prestigiar esse momento”, salientou.

A representante da reitoria no evento, a Pró-reitora Acadêmica, Indianara Reynaud Toretí, destacou a honra de receber a autoridade no momento em que é oficializado o lançamento do evento que envolve a comunidade acadêmica ao longo de todo o ano. “É por meio da SCT que socializamos muito do que é produzido em conhecimento científico e em cultura, que integramos com a comunidade externa, que a Universidade se movimenta ainda mais em torno do conhecimento. Nesta noite tão especial, deixo o convite para que todos nós nos envolvamos socializando experiências, participando, ajudando a construir a programação”, pontuou.

[topo](#)

J. DO COMMERCIO - AM - NOTÍCIAS

Pró-reitor da Ufam cobra libertação das amarras burocráticas

“Eis o lema: Libertar as Universidades e instituições de ciência e tecnologia das amarras burocráticas estagnantes”. A frase é do Pró-Reitor de Inovação Tecnológica da UFAM (Universidade Federal do Amazonas), Waltair Vieira Machado, que em entrevista concedida ao Jornal do Commercio, falou dos principais desafios enfrentado pela universidade para produzir conhecimento na área de inovação tecnológica no Amazonas.

Entre as dificuldades de aporte financeiro para a pesquisa e inovação tecnológica à preparação dos alunos e pesquisadores para ao universo da indústria 4.0, o Pró-Reitor abriu as portas do atual cenário da pesquisa da UFAM, e fez uma pequena exposição dos trabalhos e desafios enfrentados pela universidade nos últimos anos. Em meio a um momento delicado da economia, onde o governo contingenciou recursos para o ensino superior, o professor defende novas alternativas de investimentos e destacou que o momento atual é de envolver todos os parceiros da sociedade para um trabalho em conjunto mais eficaz.

Waltair é professor titular da UFAM desde maio de 2014, e tem doutorado em Física Aplicada e Engenharias pela Essex University. Possui experiência em nível de Pós-Doutorado na Universidade de Brasília e é graduado em Física e em Matemática pela Universidade de Brasília. Atua também na área da Engenharia Elétrica, com ênfase em desenvolvimento de sensores, sistemas eletrônicos de controle e sistemas integrados. Concebeu e implantou o Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção na UFAM em 1999, coordenando-o por onze anos intercalados. Atua na área da produção, com ênfases em Estratégias Organizacionais, Estratégias de Manufatura e Gestão da Qualidade e Competitividade. Foi Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação de 1989 a 1993), vice diretor e diretor da Faculdade de Tecnologia da UFAM entre 2002 e 2009, e Secretário Executivo Adjunto de Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas entre 2009 e 2010.

Tem dedicado tempo ao estudo do transporte hidroviário, do planejamento de transporte e construção naval na região Amazônica e coordenou o Núcleo de Pesquisa e Extensão em Engenharia de Produção de 2011 a 2016). Atualmente exerce o cargo comissionado de Pró-Reitor de Inovação Tecnológica da UFAM até julho 2021.

Jornal do Commercio - Como andam as pesquisas em Inovação Tecnológica na UFAM?

Waltair Machado: A Pró-Reitoria de Inovação Tecnológica da UFAM foi encarregada de zelar pela política de Inovação tecnológica da Universidade desde a sua criação em 2011. Por se tratar de uma Pró-Reitoria relativamente nova, assim como a definição de sua política de inovação tecnológica, as atividades, as quais poderiam ou deveria ser conformadas no âmbito da inovação tecnológica, embora razoavelmente representativas, ainda não representam majoritariamente o potencial de Inovação presente no âmbito da Universidade. Após sua implantação, por determinação da administração superior da UFAM, toda atividade de pesquisa, seja projetos ou acordos de cooperação, precisam passar pela PROTEC para analisar sua conformidade legal quanto ao possível acesso ao patrimônio genético da biodiversidade brasileira, além do acesso ao conhecimento tradicional difuso na região. Assim sendo, foi possível mapear cerca de 330 grupos de pesquisa presentes na comunidade, dos quais 268 encontram-se ativos, regularmente credenciados no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Nosso maior desafio tem sido estimular esses grupos a produzirem inovação tecnológica em suas respectivas áreas de expertise, bem como manterem mente aberta quanto a possibilidades desejáveis de produção interdisciplinar, tendência inexorável no mundo científico altamente competitivo nos dias atuais.

Então, de forma mais objetiva, temos tido um significativo sucesso em parcerias com o setor industrial e setores incentivados por políticas públicas, nos permitindo interessante

volume de resultados, dadas as condições nas quais ainda a Ciência e Tecnologia brasileira busca sobreviver.

Jornal do Commercio - Como a UFAM está se preparando para adequar novos profissionais à realidade da Indústria 4.0?

Waltair- De forma geral a Indústria 4.0 vem transformando o panorama industrial global, possibilitando por meio dos projetos que seguem as suas diretrizes, novos patamares de produtividade às organizações industriais. Os países mais desenvolvidos, entre eles o Brasil e mais especificamente o PIM (Polo Industrial de Manaus), articulam-se para promover e apoiar a adoção dos preceitos da Indústria 4.0. Dentre as tecnologias centrais a esse paradigma, pode-se destacar a adoção maciça de sensores que implementam a Internet das Coisas, as técnicas de Big Data e Analytics que permitem a consolidação dos dados coletados pelos sensores e da Inteligência Artificial, em suas diversas abordagens, que permitem de forma eficiente e automatizada a conversão dos dados em inteligência. A área de Inteligência Artificial, em parte pela confluência das tecnologias citadas, vem experimentando um renascimento depois de pelo menos duas décadas de estagnação. O mercado global voltado para soluções de inteligência artificial é dominado pelos Estados Unidos, China e Israel. O Brasil possui apenas uma parcela residual deste mercado. Entretanto, nota-se que as soluções hoje comercializadas utilizam tecnologias comparativamente simples, não se aproximando, portanto, da fronteira do estado da técnica. Considerando a urgência em se avançar na adoção dos protocolos da Indústria 4.0, o papel que a Inteligência Artificial desempenha nesta iniciativa, a dependência do Brasil nos mercados mais desenvolvidos para soluções desta tecnologia e as amplas oportunidades oferecidas pelo setor para o empreendedorismo, fica evidente que as ações das Instituições de Ensino e Pesquisa da região em relação ao treinamento de Capital Intelectual, seja em nível técnico, universitário ou mesmo da qualificação em nível de mestrado e doutorado dos profissionais brasileiros, não são apenas necessárias e justificáveis, como convenientes e oportunas. Tudo isso reveste-se de caráter urgente. Ademais, a UFAM ocupa espaço privilegiado para desenvolver tal projeto em decorrência de cursos já estabelecidos na área de engenharia de produção. Além disso, temos parcerias internacionais necessárias para a consecução dos objetivos pretendidos e por se situar em um polo industrial de relevância nacional. Temos introduzido disciplinas de empreendedorismo em vários de seus cursos em nível de graduação, e também introduzido linhas de pesquisa específica na área nos cursos de pós-Graduação, nos cursos de engenharia de produção, engenharia elétrica, informática e outros. Estamos buscando envolver também as imprescindíveis áreas de engenharia mecânica, ciência dos materiais, petróleo e Gás, bem como da engenharia química. Estamos celebrando acordos de cooperação com a Universidade do Porto, do Minho, Coimbra e outras em Portugal, bem como do Instituto Fraunhofer e IAS da Alemanha. Estamos também em tratativas para parcerias com importantes Universidades Chinesas também para nos preparar para o universo da indústria 4.0

Jornal do Commercio - De que forma a medida do Governo Federal prejudicou o campo de pesquisas na UFAM?

Waltair - Os Governos Brasileiros, apesar de alguns esforços concentrados e esparsos ao longo de nossa curta história de desenvolvimento científico, nunca priorizou adequadamente o desenvolvimento de uma comunidade científica forte e marcante, salvo, como dissemos, em momentos esparsos de nossa história, como a criação do

CNPq, CAPES, FINEP e outros na década de 50 e 60. Recentemente, vários estados do Brasil criaram suas fundações de apoio, as quais, salvo raras exceções como a FAPESP, não desempenham o papel delas esperados por falta do suporte financeiro adequado de seus próprios governos. Dito isto, não parece razoável concluirmos que as atuais medidas do governo já tenham conseguido causar algum impacto nas referidas atividades de pesquisa, a não ser, obviamente, no que se refere ao impacto psicossocial pela apreensão de que, se consumados os cortes, ainda divulgados pelo governo como contingenciados, não podemos, ou devemos, considerá-los como efetivos. Os recursos do tesouro, normalmente destinados à pesquisa e desenvolvimento, geralmente são disponibilizados através de suas agências como CNPq, **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** e outros. Além de ações junto às Fundações de Apoio Estaduais como a FAPEAM e outras. Dificilmente vemos, atualmente, as instituições de ensino superior conseguindo destinar recursos consideráveis em seus orçamentos provenientes dos recursos do tesouro nacional. Temos visto sim e com frequentes protestos da comunidade, contingenciamentos inexplicáveis de recursos próprios, aqueles alcançados através de acordos de cooperação, os quais, naturalmente, não provenientes do Tesouro Nacional, e mesmo assim não podendo executá-los por falta de autorização orçamentária do Governo Federal. Portanto, o temor de que os alegados contingenciamentos se configurem em realidade é real. E se confirmados, realmente afetarão bastante uma estrutura já fragilizada pelo histórico de descaso. Porque os “cortes” estão sendo realizados na parcela destinada ao custeio das atividades normais, como a manutenção dos laboratórios de ensino, bem como daqueles de pesquisa mantidos por recursos próprios dentre outros.

Jornal do Commercio - Quais as áreas mais afetadas e que medidas precisam ser tomadas para mudar o quadro?

Waltair - Como dissemos, as pesquisas mais relevantes do ponto de vista de resultados estratégicos, normalmente são realizadas em laboratórios que não podem depender das fontes escassas do Governo Federal no âmbito do orçamento de manutenção de suas atividades correntes. Normalmente, esses Laboratórios são mantidos majoritariamente com recursos provenientes de acordos de cooperação, seja de órgãos de fomento oficiais como CNPq, CAPES, FINEP, BNDES e outros. E outras de fundos setoriais como o Fundo Amazônia e também de empresas através das Leis de incentivos fiscais como as Leis de Informática e do Bem, ou mesmo de contratos diretos de desenvolvimento de tecnologia, atualmente em estágio crescente na UFAM. Assim sendo, não se parece configurar solução mais adequada que o Estado Brasileiro, Executivo, Legislativo e Judiciário, assumirem o papel deles esperado de alavancador de oportunidades ao bem estar do povo que supostamente eles representam. Além de destravar as possibilidades reais de captação de recursos diretos pelas universidades, sem os constantes constrangimentos e ameaças de cerceamento a seus gestores, no alegado afã de se impedir o mal uso de recursos, contrariando os preceitos constitucionais de que “Todo cidadão brasileiro, incluídos os gestores públicos, é de boa fé, até que se prove o contrário”. Não se advoga aqui, de forma alguma, o relaxamento quanto aos princípios de moralidade pública, mas sim, que se evite que o geralmente infundado receio do desvio de recursos seja motivo constante de cerceamento de iniciativas empreendedoras e de apoio ao desenvolvimento das atividades de pesquisa e desenvolvimento das universidades e centros de Pesquisa. O caso em tela, exemplifica o tão frequente resultado de escassez no qual vivem a maioria dos pesquisadores brasileiros, boa parte

deles muito competentes e, até mesmo acima da média mundial, bem como a maioria dos laboratórios de pesquisa e desenvolvimento à eles vinculados. A proposta, por fim, é que seja revista a legislação específica envolvendo as instituições de ensino superior e instituições de ciência e tecnologia brasileiras, de forma a permitirem que realizem os acordos de cooperação e possam receber aportes financeiros ou doações para objetivos claros e específicos, bem como realizarem atividades conjuntas com quem quer que seja, desde que voltadas ao desenvolvimento social, econômico e cultural das comunidades que delas dependam direta ou indiretamente.

Jornal do Commercio - De que forma o Governo do Estado pode atuar de forma mais próxima à Universidade para que o processo de produção de conhecimento no Amazonas possa ser mais efetivo e conhecido?

Waltair - Embora o Executivo esteja sendo responsabilizado pelas atuais amargos do sistema de ciência e tecnologia brasileiro, na realidade, trata-se de um problema do Estado brasileiro. Como mencionei na resposta anterior, a necessidade de todo o Estado se conscientizar da natureza especial das Instituições de ensino pesquisa e extensão, não delimitando-as como se meras autarquias públicas ou mesmo privadas fossem. As universidades são entidades com finalidades especiais, muitas delas difusas e de risco. Investimento em pesquisa e desenvolvimento, embora fundamentais, não representam certeza de resultados palpáveis e incontestes. O sucesso das nações hoje consideradas por nós como desenvolvidas, já nos antecederam nesses procedimentos e são unânimes em demonstrar que as instituições de ensino superior e ciência tecnologia, precisam de liberdade para direcionar seus estudos em acordo com as demandas da sociedade à qual, supostamente elas servem. Em assim sendo, tem sido extremamente danoso ao desenvolvimento científico e sociológico brasileiro, o estado frenético de controle sobre nossas instituições, reduzindo-a a meras autarquias, impedindo-as de desempenharem seu fundamental papel de criadoras de soluções e fomentadoras de oportunidades aos brasileiros, como acontece nos países cujo Marco Legal conferem às suas Instituições a liberdade de ações como aqui advogadas, sem, novamente, abrir mão dos cuidados razoáveis que deve exercitar as sociedades desenvolvidas. Eis o Lema: Libertar as Universidades e instituições de ciência e tecnologia das amarras burocráticas estagnantes que as têm mantido em constante subutilização de suas competências e saberes, antes que seja tarde.

Jornal do Commercio - Quais as ações práticas que a UFAM está realizando para se aproximar mais da sociedade?

Waltair - A Universidade Federal do Amazonas foi uma das pioneiras, senão a pioneira, em criar uma Pró-Reitoria específica para cuidar da política institucional de Inovação. Além de aplainar os caminhos para que o relacionamento com a sociedade organizada no quesito empreendedorismo e inovação tecnológica possa se fortalecer e se consolidar como atribuição fundamental ao desenvolvimento lato sensu da sociedade. A atual administração vem atualizando toda a sua legislação interna, buscando acelerar seus procedimentos decisórios para reverberar as oportunidades preconizadas na legislação atualmente revigorada rumo ao amadurecimento que podemos apontar nas discussões anteriores, embora ainda insuficiente, como já reclamado. Nosso ritual de tomada de decisão tem sido muito, talvez excessivamente, cauteloso com o que os órgãos de controle falam, provocando uma inevitável demora nos processos e, culminando em severas perdas de oportunidades, contra as quais lutamos ferrenhamente para evitar. No

quesito ações práticas de aproximação com a sociedade, destacamos o florescimento de toda uma comunidade de empresas juniores criadas para agirem com berçários de empresas de base tecnológica, as chamadas “Start Ups” e, se bem sucedidas “Spin Offs”. Introduzimos várias disciplinas e linhas de programas em nossos cursos, tanto de Graduação quanto de Pós-Graduação, no afã de fomentar as iniciativas inovadoras e também transformá-las em empreendedoras. Como o tema “4ª Revolução Industrial ou Indústria 4.0 é muito recente, datando de não menos que 2009 na Alemanha, também no Brasil configura-se como novidade. Em virtude de nossas ligações óbvias e outras nem tanto, com o povo português que tem tido o privilégio de desenvolver-se perceptivelmente bem neste quesito, provavelmente pelas conhecidas ligações com a Alemanha (sabidamente nação ávida e grande consumidora de conhecimento e inovações tecnológicas), a UFAM tem buscado se valer dessas ligações com as universidades portuguesas, bem como de outras nações como a própria Alemanha e China. A finalidade é de celebrar acordos de cooperação que nos permita alinhar propostas para o desenvolvimento de cursos multiplicadores de conhecimento como mestrado e doutorado em Indústria 4.0, a coqueluche do momento. Além dos cursos de formação no quesito em tela, a UFAM tem conseguido apresentar propostas bem sucedidas de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica a várias empresas parceiras, o que tem reavivado bastante os potenciais dos grupos de pesquisa.

Jornal do Commercio - Como está a receita hoje da UFAM para a produção de conhecimento em novas tecnologias?

Waltair - Não é tarefa fácil dimensionar um número preciso de receita, uma vez que as propostas tramitam pela PROTEC no momento inicial, sendo as formalizações jurídicas e acompanhamento financeiro das propostas realizadas em outros setores. Das propostas analisadas durante 2018 e no ano corrente, catalogamos um total no entorno de R\$ 140 milhões de reais, muitas das quais sequer chegam a ser contratadas por razões variadas, incluindo a demora na tomada de decisões. Algumas dessas oportunidades, infelizmente foram perdidas, por algumas das razões já apontadas. Temos, contudo, boas propostas em execução e em fase de iniciação envolvendo alguns dos Cursos de Pós-Graduação da área e projetos específicos de desenvolvimento de tecnologia sensível, algumas delas resguardadas de sigilo por questões de interesse industrial, os quais necessitam ser preservados.

Jornal do Commercio - O que falta para a sociedade enxergar mais os projetos científicos produzidos pela Ufam?

Waltair - O resultado mais óbvio que a sociedade tem enxergado é a qualidade do Capital Intelectual que a Universidade tem disponibilizado à ela, sociedade. Parte considerável dos cidadãos que desempenham funções proeminentes na sociedade, seja nas organizações de Estado, seja em setores específicos como o industrial, testificam serem egressos da UFAM, muitos deles frequentadores dos laboratórios de desenvolvimento científico e tecnológico da Universidade. Quanto aos resultados de impactos diretos na sociedade, ainda não desenvolvemos mensuradores confiáveis, visto que as oportunidades criadas podem ser identificadas pelo número de oferta de empregos ou ações de contribuição ao desenvolvimento sócio-econômico, seja pela geração de riquezas com retornos em impostos e salários ou impactos indiretos da atividade econômica dinamizada. A sociedade pode e deve tomar conhecimento desses resultados através do trabalho sério e divulgativo da imprensa que tem desempenhado

papel fundamental nesse particular, pelo que, nos colocamos à disposição para esses momentos de divulgação exitosa do trabalho da Universidade Federal do Amazonas em prol do desenvolvimento tecnológico, científico e social dos povos da Amazônia.

topo ↕

AGÊNCIA BRASIL - TEMPO REAL

Brasil tem baixa taxa de escolarização superior, diz Semesp

O Mapa do Ensino Superior no Brasil, lançado hoje (13) pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), mostrou uma baixa taxa de escolarização líquida, que estima o percentual de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em relação ao total da população nessa mesma faixa etária.

Em 2017, a taxa ficou em torno de 17,8%. No ano anterior, a taxa era de 18,5%.

O Maranhão teve a menor taxa de escolarização líquida do país, com 10,6% dos jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior. O Semesp ressalta que, apesar dessa baixa taxa, o número de matrículas no ensino superior cresceu em 2017 em relação a 2016, passando de 8,05 milhões para 8,29 milhões, aumento de 3% nas matrículas.

Esses valores somam matrícula de alunos das redes privada e pública e das modalidades presencial e ensino à distância (EAD).

A entidade avalia que esse crescimento foi puxado, principalmente, pelo aumento do número de matrículas na modalidade EAD, já que a modalidade presencial teve pequena queda de 0,4%.

Ensino a distância

Nas matrículas dos cursos a distância, de 2016 para 2017, o crescimento chegou a 17,7%, seguindo a tendência de aumento registrada nos anos anteriores.

Em 2017, foram 1,76 milhão de alunos ante 1,49 milhão de 2016, com mais alunos tanto na rede privada (16%) quanto na pública (36,9%).

No ano de 2017, as instituições de ensino superior (IES) somavam 2.448, sendo 2.152 privadas e 296 da rede pública.

Do total de IES privadas, 63,2% são de pequeno porte e contam com menos de 3 mil matrículas. Já 16,8% são de porte gigante, com mais de 20 mil matrículas, incluindo cursos presenciais e EAD.

O número de estudantes ingressantes no 1º ano dos cursos teve aumento em 2017 tanto na modalidade presencial quanto EAD. Nos cursos presenciais, o crescimento foi de 0,5%, passando de 2,14 milhão de estudantes em 2016 para 2,15 milhões em 2017. No ensino a distância, o aumento foi mais expressivo, de 27,3%, passando de 843,2 mil para 1,07 milhão, no mesmo período.

O número de estudantes concluintes, aqueles que se formaram no ensino superior, cresceu 0,9% em cursos presenciais e 9,5% em cursos EAD no comparativo entre 2016 e 2017.

A taxa de evasão dos cursos presenciais chegou a 25,9% em 2017, menor do que a de 2016 (27,2%). Nos cursos a distância, ela também caiu, passando de 36,1% para 34,3%.

A mobilidade dos alunos para outros cursos na mesma modalidade ou modalidade diferente, que é mensurada pela taxa de migração, teve queda em 2017 em relação ao ano anterior no caso dos cursos presenciais (de 24,7% em 2016 passou para 24,4%). Já nos cursos à distância, essa taxa aumentou de 28,9% em 2016 para 32,1% em 2017.

Os dados do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo incluem números atualizados sobre o programa Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do governo federal.

Em 2017, 5,7% dos ingressantes do ensino superior em IES privadas tinham este programa do governo como financiamento estudantil. Esse número caiu 15,6% em relação a 2016, seguindo uma tendência de queda, segundo o sindicato, que vem sendo registrada desde 2015.

De acordo com dados do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, o FIES tem cerca de 2,26 milhões de contratos ativos, sendo 1,26 milhão em curso e 511 mil evadidos, ou seja, com mais de dois aditamentos não realizados.

Segundo o Semesp, a previsão para 2019 é de aproximadamente 100 mil vagas no programa. Em 2018, foram 82 mil novos contratos, o que significa uma queda de 51,2% em comparação com 2017, além de cerca de 2 mil contratos na modalidade P-FIES.

Pela primeira vez, o Mapa do Ensino Superior trouxe informações sobre a representatividade de pessoas com deficiência nas matrículas do ensino superior, totalizando quase 40 mil matrículas em 2017: 25,2 mil nas IES privadas (63,2% do total) e 14,7 mil nas públicas (36,8%).

O sindicato ressalta que esses números têm crescido nos últimos anos. De 2009 até 2017, houve um aumento de 89,8% no número de matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior do país. No total de matrículas de Pessoa com Deficiência (PcD), 14,5 mil (36,3%) são representadas por algum tipo de deficiência física.

Instituições de ensino

Apesar da taxa de escolarização líquida entre os jovens de 18 a 24 anos ser considerada baixa pelo Semesp (17,8%), houve aumento de 1,7% no número de instituições de ensino superior entre os anos 2016 e 2017, passando de 2.407 para 2.448. Do total, 2.152 são da rede privada, responsável pelo crescimento, porque a rede pública manteve as mesmas 296 instituições de 2016.

Segundo observou o Semesp, o aumento do número de IES vem sendo acompanhado desde 1998, quando havia 973 unidades. Desde então, o crescimento foi de 151,6% em relação aos dados mais atualizados de 2017. A rede privada representa 88% do total das instituições de ensino do país.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Governo propõe subir para 15% complementação da União no Fundeb É o primeiro aceno oficial em relação ao fundo, principal ferramenta de financiamento da educação

Depois de quase seis meses de expectativa, o MEC (Ministério da Educação) definiu uma proposta de aumento da complementação da União nos recursos do Fundeb, principal instrumento de financiamento da Educação Básica. Essa complementação passaria de forma gradual dos atuais 10% para 15%.

A proposta foi apresentada nesta quarta-feira (12) para deputados, secretários de educação e representantes de movimentos da área. A ideia é que se aumente em um ponto percentual a cada ano.

Um ofício foi encaminhado para a deputada Professora Dorinha (DEM-TO), relatora da matéria na comissão especial que cuida do tema na Câmara.

Este foi o primeiro aceno oficial do governo Jair Bolsonaro (PSL) sobre o tema. Apesar de o percentual ainda estar distante do que tem sido discutido por parlamentares e especialistas, a proposta foi vista como um movimento positivo. "Não estamos satisfeitos, nem convencidos, mas houve um grande avanço", disse a deputada Dorinha.

O Fundeb reúne impostos de estados e municípios, e a complementação da União integra a distribuição, em 10% do bolo, entre aqueles estados (e seus respectivos municípios) que não atingiram um valor mínimo a ser gasto por aluno. O Projeto de Emenda Constitucional que tramita na Câmara prevê um salto inicial para 15% e uma progressão até chegar a 30%.

O mecanismo vence no ano que vem e sua renovação é discutida no Congresso.

Para o presidente da comissão, deputado Bacelar (PODE-BA), a sinalização traz certo otimismo porque, até agora, o governo não havia se posicionado e a discussão da área econômica apontava para manutenção do mesmo modelo.

"É um bom começo de negociação, porque até agora estavam dizendo que não seria nada", diz ele, também presente no encontro.

Apesar de não participar de toda reunião, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, fez uma fala inicial em que defendeu o percentual de 15%, segundo pessoas presentes.

Segundo o secretário executivo do MEC, Antonio Paulo Vogel, a proposta do governo reflete muitas convergências com o debate realizado até agora sobre o tema. Já o percentual defendido para a complementação, diz ele, vai de encontro à capacidade do estado brasileiro.

"A gente quer melhorar os indicadores de educação básica no Brasil e entende a etapa como a maior prioridade. Ocorre que o Ministério da Educação não está isolado no Brasil, mas em um contexto de uma sociedade que demanda uma série de serviços públicos", disse ele à Folha.

A complementação da União fica em torno de R\$ 15 bilhões no ano. Assim, um

aumento anual de um ponto percentual representa cerca de R\$ 1,5 bilhão a mais na educação a cada ano.

"Quando há uma proposta de um percentual muito alto, a gente fica preocupado. Como vai ser feito isso?", questiona. "A gente vai discutir no Congresso a origem dos recursos, construir em conjunto, mas a gente entende que a única [proposta] possível é subir de 10% para chegar a 15%".

Além da questão da complementação, o MEC também sinalizou apoiar a alteração do mecanismo de distribuição dos recursos, o que passaria a privilegiar municípios mais pobres.

O projeto em discussão na Câmara prevê uma mudança que baseia a distribuição a partir do que é investido em cada município, fazendo com que os mais pobres recebam mais (mesmo se estiverem em estados mais ricos). Hoje, a fórmula de complementação é feita a partir do estado.

"O principal aspecto das discussões do Fundeb é melhora da distribuição entre os municípios brasileiros. Tem município pobre de estado mais rico que não recebe e município mais rico em estado mais pobre que recebe", diz Vogel. "Isso gera uma desigualdade, e a ideia de complementação é buscar uma harmonização."

O MEC defendeu, no ofício, que haja artigo que induza estados a criar leis de distribuição de recursos do ICMS como contrapartida de resultados educacionais. O modelo é aplicado no Ceará e apontado como um dos fatores que ajudaram os municípios cearenses a melhorarem seus resultados.

O deputado Idilvan Alencar (PDT-CE) disse que a sinalização no geral é boa, mas ainda não atende as necessidades do país. "Foi como uma entrega do buquê de flores, já que é dia dos namorados", brincou.

Posicionamento do Forum dos Governadores, Consed e Undime (que representam secretários de Educação) defende um aumento imediato da complementação de 10% para 20% e ampliação de 2 pontos percentuais por ano até alcançar 40%.

Hoje, quase 80% do que é gasto em educação sai dos cofres de municípios e estados. A ideia de aumentar a complementação da União corrigiria isso.

No ano passado, o fundo distribuiu R\$ 148,3 bilhões —cerca de R\$ 4 a cada R\$ 10 gastos na área. Mas o valor investido por aluno no ano, considerando todas as fontes, varia quase sete vezes no país, entre o município que tem mais recursos e o município que tem menos.

Das 5.570 cidades do país, 62% (3.199) têm disponíveis menos de R\$ 400 por mês por aluno.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Cidades com universidades têm melhores índices sociais e econômicos

Mapa do Ensino Superior 2019 mostra que IDH, PIB e renda média costumam ser mais altos onde há instituições de graduação

RIO — Municípios brasileiros que sediam instituições de ensino superior têm indicadores econômicos e sociais melhores do que os que não as tem. A revelação é um dos principais destaques do Mapa do Ensino Superior no Brasil de 2019, levantamento divulgado nesta quinta-feira.

Produzido pelo Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior (Semesp), o mapa usou dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (Pnud) para chegar a essa conclusão. O levantamento mostra que a presença das instituições pode ser sentida principalmente no Produto Interno Bruto dos municípios. Aqueles que contam com universidades privadas ou públicas têm PIB per capita médio de R\$ 30,7 mil, enquanto os que não contam é de apenas R\$ 19,7 mil.

Ex-ministros da Educação José Goldemberg, Fernando Haddad, Renato Janine Ribeiro, Murílio Hingel, Cristovam Buarque e Aloizio Mercadante se reúnem em São Paulo
Foto: Edilson Dantas / Agência O Globo

A renda média das pessoas que completaram o Ensino Superior também é maior. O valor sobre de R\$ 2 mil onde não há instituições do tipo para R\$ 2,4 mil onde há apenas instituições públicas e para R\$ 2,8 mil onde existem somente universidades privadas. Em cidades que recebem ambas, o valor médio se eleva ainda mais: R\$ 3,3 mil.

A pesquisa também revela que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal médio é mais alto nos municípios que possuem instituições de ensino superior. Onde há apenas universidades privadas, a média ficou em 0,7218 (considerada alta). Onde há apenas instituições superiores públicas, 0,6443. O valor é ligeiramente inferior ao de municípios sem universidade: 0,6483. Onde há públicas e privadas, o número médio salta para 0,7349.

O que vem primeiro?

A conclusão do Semesp suscita uma espécie de "dilema Tostines": os municípios têm índices melhores por conta da presença das instituições de ensino superior ou as instituições de ensino superior estão nestas cidades justamente porque elas têm índices mais elevados? A própria entidade admite que impossível determinar com certeza a resposta, mas garante que os números podem ser usados para fortalecer políticas públicas.

— Os números reforçam a necessidade da capilarização do ensino superior no país — afirma Rodrigo Capelato, diretor executivo da entidade. — É necessário identificar onde existem carências nesse sentido e criar polos universitários para supri-las. Assim, geram-se mais empregos, e o país acaba melhorando todos os seus indicadores. A presença de pessoas de nível superior e vai gerar trabalho de maior valor agregado. No fim das contas, traz mais riqueza e atrai mais empresas para essas cidades.

O Mapa traz também novas informações sobre alunos com necessidades especiais. Foram 39.869 matrículas em 2017: 25.208 nas privadas e 14.661 nas públicas. De 2009 até 2017, foi registrado um aumento de 89,8% no número de matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior do país. O número, no entanto, ainda representa 0,48% do total de estudantes matriculados. Capelato afirma que há pouco o que comemorar,

mas que o aumento é resultado de planejamento estratégico feito pelo Ministério da Educação nos últimos anos.

— Não há muito o que se comemorar ainda, mas o MEC tem feito políticas indutórias para esse aumento e elas começam a mostrar resultado — pontua. — A inclusão tem aumentado e é reflexo disso. O grande desafio agora é acolher portadores de deficiência intelectual, porque as instituições de ensino superior no geral estão preparadas para ajudar aqueles que têm deficiências físicas, garantindo acessibilidade e softwares para facilitar a experiência em sala de aula.

Com 242 páginas, o mapa traça um panorama completo da situação da educação superior nas cinco regiões do Brasil. Além disso, traz informações sobre financiamento estudantil, valores de mensalidades e cursos mais procurados, números de matrículas nas modalidades presencial e EAD, alunos ingressantes e concluintes, perfil dos estudantes, taxas de evasão e migração.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Tribunal decide que MEC pode contingenciar verba de universidades federais TRF-1 derrubou decisão da Justiça Federal da Bahia que suspendia bloqueio de verbas determinado pelo ministério

BRASÍLIA — O Tribunal Regional Federal da 1ª Região derrubou, na tarde desta quarta-feira, os efeitos da medida liminar que suspendia o contingenciamento realizado pelo Ministério da Educação (MEC) nas universidades federais.

Na prática, a decisão assinada pelo desembargador Carlos Moreira Alves permite que o MEC volte a contingenciar 30% das verbas discricionárias das instituições federais de ensino superior.

Para suspender a liminar, que havia sido concedida pela 7ª Vara da Seção Judiciária do Estado da Bahia, a Advocacia-Geral da União (AGU) sustentou que a decisão de derrubar o bloqueio levaria o MEC a ter de repassar, de imediato, R\$ 1,7 bilhão para as instituições de ensino — verba que teria que ser retirada de outras áreas fundamentais, como a educação básica, livros didáticos ou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

“Vale frisar que a educação superior recebe uma destinação de recursos significativamente relevante em relação ao orçamento global do Ministério da Educação, possuindo orçamento bem maior que a educação básica, quando se sabe que o orçamento total do MEC é na ordem de R\$ 149,7 bilhões e, desse montante, o ensino superior é responsável por R\$ 65,3 bilhões, enquanto o valor correspondente à Educação Básica é R\$ 42,2 bilhões”, justificava a Advocacia-Geral em trecho do pedido.

A união federal também ponderou que o contingenciamento não significa anulação da verba, uma vez que os recursos poderão ser gradativamente desbloqueados para repasse de acordo com a evolução da receita. Também destacou que não cabe ao Poder Judiciário a definição de como as políticas públicas serão executadas.

No despacho que acolhe o pedido, Alves considera válida a ponderação da União Federal, e diz que "a sistemática orçamentária do governo obedece a algumas fases bem

definidas que valem para todas as pessoas jurídicas de direito público integrantes da administração federal direta ou indireta".

"A programação da despesa é procedimento básico e parte essencial do controle das contas públicas e do necessário equilíbrio entre receitas e despesas, sendo que a limitação de empenho e movimentação financeira, ou contingenciamento, não significa anulação da despesa, cancelamento ou corte parcial de dotação orçamentária, mas apenas imposição temporária, periodicamente revista", diz trecho da decisão.

Decisão da Justiça

A suspensão do bloqueio do orçamento foi decidida pela juíza Renata Almeida de Moura Isaac. A magistrada afirmou que, geralmente, não cabe ao Judiciário interferir em bloqueios determinados pelo Executivo, a não ser quando é "verificada ilegalidade ou exigência que se afaste das normas constitucionais".

No caso do bloqueio nas universidades, segundo ela, houve "abuso de direito" porque não foi feito "prévio estudo técnico e minucioso, inclusive com a participação dos representantes destas instituições, para fins de se garantir que o bloqueio incidente sobre as verbas discricionárias não interferirá na continuidade das atividades acadêmicas".

Renata Almeida afirmou ainda que não estava defendendo a "irresponsabilidade da gestão orçamentária", mas, sim, "assegurando que os limites de empenho, especialmente em áreas sensíveis e fundamentais segundo a própria Constituição Federal, tenham por base critérios amparados em estudos que garantam a efetividade das normas constitucionais".

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFF pode reduzir número de vagas para 2020 por causa do corte de verbas determinado pelo MEC

Reitor se reuniu na quarta-feira com ministro para tratar dos bloqueios orçamentários. Com corte, valor recebido por mês vai cair de R\$ 9,6 milhões para R\$ 6,8 milhões.

A Universidade Federal Fluminense pode diminuir o número de vagas ano que vem em função do corte de verbas determinado pelo Ministério da Educação (MEC). Desde o anúncio, alunos e professores já estavam preocupados, mas agora, a preocupação também é de quem sonha em estudar na universidade, já que com um número reduzido de vagas, o processo seletivo é mais concorrido.

Nesta quarta (12), o reitor da UFF, Antônio Cláudio Lucas da Nóbrega, participou de uma reunião com o ministro da Educação, Abraham Weintraub, para tratar de bloqueios orçamentários.

A universidade publicou uma nota apresentando dificuldades que enfrenta desde o fim do ano. E diz que o contingenciamento aplicado em maio pelo MEC ameaça o início do segundo semestre na data prevista, a realização de viagens para atividades de campo e a abertura de vagas para 2020.

Em abril de 2019, o MEC anunciou o bloqueio de cerca de 30% do orçamento das universidades federais brasileiras. Na UFF esse percentual representa um montante de R\$ 52 milhões, segundo a instituição. A universidade também informou que a situação

orçamentária e financeira já era muito difícil, com dívidas acumuladas ao longo dos últimos anos, e orçamento congelado em valores menores do que o custo de funcionamento.

Segundo o reitor, a UFF recebe por mês R\$ 9,6 milhões. Com o contingenciamento estabelecido pelo MEC, a estimativa é que esse valor caia para R\$ 6,85 milhões, o que equivaleria a menos da metade do mínimo necessário para manter a universidade. Segundo o reitor, só de água e energia elétrica a UFF paga por mês cerca de R\$ 3 milhões. As bolsas de estudo custam por mês mais de R\$ 2 milhões e o pagamento de terceirizados e de contratos são da ordem de R\$ 9 milhões.

Sem dinheiro para honrar contas e compromissos, Nóbrega disse que a universidade corre o risco de ter diminuição de vagas para 2020. O conteúdo da reunião com o ministro da Educação vai ser divulgado ao longo desta quinta-feira (13).

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

TRF-1 derruba liminar que suspendeu corte de orçamento nas universidades federais

Suspensão foi determinada por juíza da Bahia. Advocacia-Geral da União recorreu ao Tribunal Regional Federal sob argumento de que era preciso cumprir Lei de Responsabilidade Fiscal.

O desembargador federal Carlos Moreira Alves, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, revogou liminar (decisão provisória) da Justiça Federal da Bahia que suspendeu os cortes nos orçamentos de universidades federais.

O recurso foi apresentado pela AGU (Advocacia-Geral da União). A decisão de suspender o bloqueio de recursos no orçamento foi tomada pela juíza Renata Almeida de Moura, da 7ª Vara Federal, em Salvador, em resposta a uma ação apresentada pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade de Brasília (UnB).

Na decisão, o presidente do TRF-1 afirma que o entendimento da Justiça Federal pode "impor, a um só tempo, grave lesão à ordem e à economia públicas", pois "intervém em assunto da seara do Poder Executivo" e tem "o condão de suspender bloqueios e, consequentemente, permitir o desembolso imediato do montante de R\$ 1,704 bilhão, de acordo com o Ministério da Educação".

Segundo o desembargador, isso "inevitavelmente interferirá nas contas da pasta como um todo, impactando sua organização financeira e orçamentária e outras políticas setoriais que também necessitam de ser afetadas para fazer frente à determinação legal de equilíbrio dos gastos públicos".

Para o magistrado, há ainda, um "potencial efeito multiplicador de demandas desta natureza, com risco de desencadeamento de realocação de todo e qualquer orçamento, com severos prejuízos à coletividade em outras políticas públicas do Estado".

"Sem embargo de lamentar a necessidade do contingenciamento, é certo que se operaram eles não somente no âmbito do Ministério da Educação, mas também no dos demais órgãos do Poder Executivo Federal", disse ainda o desembargador.

Argumentos da AGU

A AGU afirmou que o bloqueio foi feito em cumprimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que o poder público deve limitar a movimentação financeira sempre que a arrecadação não for compatível com as metas de resultado primário ou nominal, o que ocorreu nesse caso, diz o recurso.

Disse ainda que a necessidade de contingenciamento foi apontada no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre de 2019 e que o decreto afetou também outros ministérios.

MEC decide estender a todas as universidades federais o corte de 30% no orçamento

Para a AGU, suspender os bloqueios apenas para as universidades, como determinado pela liminar, obrigaria o Ministério da Educação a repassar R\$ 1,7 bilhão para as instituições de ensino – verba que necessariamente terá que ser retirada de outras áreas fundamentais, como a educação básica, livros didáticos ou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

“Vale frisar que a educação superior recebe uma destinação de recursos significativamente relevante em relação ao orçamento global do Ministério da Educação, possuindo orçamento bem maior que a educação básica, quando se sabe que o orçamento total do MEC é na ordem de R\$ 149,7 bilhões e, desse montante, o ensino superior é responsável por R\$ 65,3 bilhões, enquanto o valor correspondente à Educação Básica é R\$ 42,2 bilhões”, diz o recurso.

Segundo a AGU, o contingenciamento não significa anulação da verba, uma vez que os recursos poderão ser gradativamente desbloqueados para repasse de acordo com a evolução da receita, como ocorreu parcialmente com os limites de movimentação financeira do Ministério da Educação no montante de R\$ 1,58 bilhão.

A AGU afirma que a liminar, “ao ignorar a sistemática das normas orçamentárias, causa grave lesão à ordem pública por um duplo fundamento: desconsidera o planejamento orçamentário do Poder Executivo Federal, subvertendo por completo a legislação aplicável; e, ao assim agir, acaba por se imiscuir em seara que não é própria da função jurisdicional típica, o que viola a Separação de Poderes”.

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

UFPE e UFRPE recebem parte de verbas bloqueadas pelo MEC em abril
Segundo instituições, o repasse é referente a cotas de junho e totalizam R\$ 19,8 milhões, sendo R\$ 12,8 milhões para a UFPE e R\$ 7 milhões para a UFRPE.
Por G1 PE

As Universidades Federal de Pernambuco (UFPE) e Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) receberam parte das verbas que estavam bloqueadas pelo Ministério da Educação (MEC), desde abril deste ano. Segundo notas divulgadas nesta quarta-feira (12), esses repasses são referentes a cotas do mês de junho e totalizam R\$ 19,8 milhões, sendo R\$ 12,8 milhões para a UFPE e R\$ 7 milhões para a UFRPE.

Ainda de acordo com as instituições, os recursos já estão nas contas desde terça-feira (11). Essas verbas são direcionadas aos pagamentos de serviço e para a manutenção dos

campi. O G1 entrou em contato com o MEC e aguarda retorno.

Entenda o corte de verbas das federais

O bloqueio de 30% das verbas para todas as universidades federais brasileiras ocorreu em 30 de abril. O anúncio foi feito depois das reações críticas ao corte de recursos de três instituições que tinham sido palco de manifestações públicas: a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal Fluminense (UFF) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Por causa desse contingenciamento, estudantes e professores realizaram protestos em todo o país, em maio. Também houve reação entre reitores e representantes das bancadas estaduais no Congresso Nacional.

No dia 7 de junho, a Justiça Federal da Bahia determinou que o Ministério da Educação suspendesse o bloqueio de verbas nas universidades federais.

No dia 10 do mesmo mês, a Advocacia-Geral da União (AGU) apresentou recurso no Tribunal Regional Federal (TRF-1) para tentar derrubar a liminar. Nesta quarta (12), o desembargador federal Carlos Moreira Alves revogou a decisão provisória da Justiça Federal da Bahia.

UFPE

Por meio de nota, a UFPE informou, nesta quarta-feira (12), que o dinheiro desbloqueado garante o pagamento de serviços como limpeza e fornecimento de energia. Ao todo, foram contingenciados R\$ 50 milhões para o custeio.

Ainda de acordo com a UFPE, a Lei Orçamentária Anual prevê o repasse de R\$ 162 milhões. Desse total, a instituição informa que recebeu R\$ 77,6 milhões. Até março, o MEC havia colocado na conta da universidade R\$ 64,8 milhões, o equivalente a 40% do total previsto.

Na nota, a UFPE destaca que o desbloqueio "permite que a instituição siga o planejamento e funcione até o fim de 2019".

Por causa do contingenciamento, a UFPE informa que estava impedida de fazer contratos para a realização de serviços, como limpeza e segurança, pois não havia previsão para recebimento dos recursos.

Rural

Na UFRPE, a liberação dos recursos ocorreu na terça-feira (11), de acordo com a assessoria de comunicação. No total foram desbloqueados 27,9 milhões.

Os R\$ 7 milhões, dinheiro referente à cota de junho que já entrou na conta da instituição, equivalem a 7,96% do orçamento previsto para 2019.

Ao longo deste ano, a UFRPE recebeu R\$ 39,9 milhões, o equivalente a 45,3% do orçamento total previsto.

Por meio de nota postada no site, a Rural informa que o desbloqueio "permite que a universidade utilize a totalidade de seu orçamento para realizar as licitações de serviços,

obras e aquisições."

Outras instituições

Para o Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), não houve liberação de recursos até esta quarta-feira (12), de acordo com a assessoria de comunicação.

Em abril, a instituição informou que detectou o bloqueio de 30% no orçamento previsto na Lei de Orçamentária Anual (LOA) pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Para 2019, o corte é de R\$ 22.213.902, segundo o instituto. Desses, R\$ 21,3 milhões foram tirados dos R\$ 54,7 milhões previstos para as ações de custeio básico da instituição. O corte é equivalente a 38,95%.

Na Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), no Sertão, 84% do investimento programado para o ano foi comprometido, o que equivale a cerca de R\$ 12 milhões.

De acordo com a reitoria, as atividades de graduação seriam afetadas diretamente. O G1 entrou em contato com a instituição para saber se houve desbloqueio e aguarda retorno.

topo ↕

JUSTIÇA EM FOCO - TEMPO REAL

Justiça Federal suspende cursos de pós-graduação em três instituições no Ceará
Da redação (Justiça Em Foco) com Justiça Federal no Ceará. - quarta, 12 de junho de 2019

Três instituições de ensino de Juazeiro do Norte (Ce) tiveram suas ofertas de cursos de mestrado e doutorado suspensas, após liminar concedida pela Justiça Federal no Ceará (JFCE). A decisão atinge a Unigrendal Premium Corporate, a Atenas College University e a Unisullivan.

Em sua decisão, o juiz federal Rafael Chalegre do Rego Barros, da 16ª Vara Federal, deferiu pedido de liminar do Ministério Público Federal (MPF) determinando aos réus que suspendam as atividades docentes e discentes referentes aos cursos oferecidos, inclusive a realização de novas matrículas nos cursos de pós-graduação, em pólos localizados na área de jurisdição da Subseção Judiciária de Juazeiro do Norte, que abrange 31 municípios cearenses.

A liminar impede, ainda, que as instituições façam qualquer publicidade relacionada à oferta desses cursos.

As alegações que provocaram a ação civil pública eram de que as instituições funcionam sem a devida avaliação da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, sem a aprovação e o reconhecimento da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE/MEC) e sem homologação do Ministério da Educação para ofertarem cursos no território brasileiro, ou para serem condutoras ou receptoras de Mestrado Internacional ou à distância.

Segundo o magistrado, tendo, "a oferta dos cursos sido feita de forma irregular e, ainda, com risco de prejuízo ao consumidor, a concessão da liminar é medida que se impõe".

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Brasil tem baixa taxa de escolarização superior, diz sindicato

Maranhão teve a menor taxa de escolarização líquida do país, com 10,6% dos jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior

O Mapa do Ensino Superior no Brasil, lançado hoje (13/06/2019) pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), mostrou uma baixa taxa de escolarização líquida, que estima o percentual de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em relação ao total da população nessa mesma faixa etária. Em 2017, a taxa ficou em torno de 17,8%. No ano anterior, a taxa era de 18,5%.

O Maranhão teve a menor taxa de escolarização líquida do país, com 10,6% dos jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior. O Semesp ressalta que, apesar dessa baixa taxa, o número de matrículas no ensino superior cresceu em 2017 em relação a 2016, passando de 8,05 milhões para 8,29 milhões, aumento de 3% nas matrículas. Esses valores somam matrícula de alunos das redes privada e pública e das modalidades presencial e ensino à distância (EAD).

A entidade avalia que esse crescimento foi puxado, principalmente, pelo aumento do número de matrículas na modalidade EAD, já que a modalidade presencial teve pequena queda de 0,4%.

Ensino a distância

Nas matrículas dos cursos a distância, de 2016 para 2017, o crescimento chegou a 17,7%, seguindo a tendência de aumento registrada nos anos anteriores.

Em 2017, foram 1,76 milhão de alunos ante 1,49 milhão de 2016, com mais alunos tanto na rede privada (16%) quanto na pública (36,9%).

No ano de 2017, as instituições de ensino superior (IES) somavam 2.448, sendo 2.152 privadas e 296 da rede pública.

Do total de IES privadas, 63,2% são de pequeno porte e contam com menos de 3 mil matrículas. Já 16,8% são de porte gigante, com mais de 20 mil matrículas, incluindo cursos presenciais e EAD.

O número de estudantes ingressantes no 1º ano dos cursos teve aumento em 2017 tanto na modalidade presencial quanto EAD. Nos cursos presenciais, o crescimento foi de 0,5%, passando de 2,14 milhão de estudantes em 2016 para 2,15 milhões em 2017. No ensino a distância, o aumento foi mais expressivo, de 27,3%, passando de 843,2 mil para 1,07 milhão, no mesmo período.

O número de estudantes concluintes, aqueles que se formaram no ensino superior, cresceu 0,9% em cursos presenciais e 9,5% em cursos EAD no comparativo entre 2016 e 2017.

A taxa de evasão dos cursos presenciais chegou a 25,9% em 2017, menor do que a de 2016 (27,2%). Nos cursos a distância, ela também caiu, passando de 36,1% para 34,3%.

A mobilidade dos alunos para outros cursos na mesma modalidade ou modalidade

diferente, que é mensurada pela taxa de migração, teve queda em 2017 em relação ao ano anterior no caso dos cursos presenciais (de 24,7% em 2016 passou para 24,4%). Já nos cursos à distância, essa taxa aumentou de 28,9% em 2016 para 32,1% em 2017.

FIES

Os dados do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo incluem números atualizados sobre o programa Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do governo federal.

Em 2017, 5,7% dos ingressantes do ensino superior em FIES privadas tinham este programa do governo como financiamento estudantil. Esse número caiu 15,6% em relação a 2016, seguindo uma tendência de queda, segundo o sindicato, que vem sendo registrada desde 2015.

De acordo com dados do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, o FIES tem cerca de 2,26 milhões de contratos ativos, sendo 1,26 milhão em curso e 511 mil evadidos, ou seja, com mais de dois aditamentos não realizados.

Segundo o Semesp, a previsão para 2019 é de aproximadamente 100 mil vagas no programa. Em 2018, foram 82 mil novos contratos, o que significa uma queda de 51,2% em comparação com 2017, além de cerca de 2 mil contratos na modalidade P-FIES.

Pessoas com deficiência

Pela primeira vez, o Mapa do Ensino Superior trouxe informações sobre a representatividade de pessoas com deficiência nas matrículas do ensino superior, totalizando quase 40 mil matrículas em 2017: 25,2 mil nas FIES privadas (63,2% do total) e 14,7 mil nas públicas (36,8%).

O sindicato ressalta que esses números têm crescido nos últimos anos. De 2009 até 2017, houve um aumento de 89,8% no número de matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior do país. No total de matrículas de Pessoa com Deficiência (PcD), 14,5 mil (36,3%) são representadas por algum tipo de deficiência física.

Instituições de ensino

Apesar da taxa de escolarização líquida entre os jovens de 18 a 24 anos ser considerada baixa pelo Semesp (17,8%), houve aumento de 1,7% no número de instituições de ensino superior entre os anos 2016 e 2017, passando de 2.407 para 2.448. Do total, 2.152 são da rede privada, responsável pelo crescimento, porque a rede pública manteve as mesmas 296 instituições de 2016.

Segundo observou o Semesp, o aumento do número de IES vem sendo acompanhado desde 1998, quando havia 973 unidades. Desde então, o crescimento foi de 151,6% em relação aos dados mais atualizados de 2017. A rede privada representa 88% do total das instituições de ensino do país.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

AGU derruba liminar e contingenciamento em universidades volta a valer
Presidente do TRF-1 aceitou argumento da União de que bloqueio orçamentário apenas obedece à Lei de Responsabilidade Fiscal

A Advocacia-Geral da União (AGU) conseguiu nesta quarta-feira (12/06/2019) derrubar, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), a medida liminar que havia suspenso o contingenciamento de recursos do orçamento de universidades federais e provocou manifestações contra o Ministério da Educação (MEC). A decisão de barrar essa medida, que havia sido tomada na Justiça Federal da Bahia, foi do desembargador federal Carlos Moreira Alves, presidente do TRF-1.

Para solicitar a retomada da decisão original do governo federal, a AGU registrou no pedido que o bloqueio orçamentário foi feito “em estrito cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (nº 101/00) – que determina que o poder público deve limitar a movimentação financeira sempre que a arrecadação não for compatível com as metas de resultado primário ou nominal”, como no caso.

A AGU lembrou que o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre de 2019 indicou a necessidade de contingenciar R\$ 29,6 bilhões no âmbito do Poder Executivo Federal. Dessa forma, foi editado o Decreto nº 9.741/19, que afetou não somente a pasta da Educação, mas todos os ministérios – o da Defesa, por exemplo, teve 52,3% dos recursos para despesas discricionárias bloqueados.

Ameaça

Outra alegação da AGU foi que, mantida a suspensão dos bloqueios apenas para as universidades, como determinado pela liminar, o MEC seria obrigado a repassar R\$ 1,7 bilhão para as instituições de ensino – e a verba necessariamente teria que ser retirada de outras “áreas fundamentais, como a educação básica, livros didáticos ou o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)”.

“Vale frisar que a educação superior recebe uma destinação de recursos significativamente relevante em relação ao orçamento global do Ministério da Educação, possuindo orçamento bem maior que a educação básica, quando se sabe que o orçamento total do MEC é na ordem de R\$ 149,7 bilhões e, desse montante, o ensino superior é responsável por R\$ 65,3 bilhões, enquanto o valor correspondente à Educação Básica é R\$ 42,2 bilhões”, detalhou a Advocacia-Geral em trecho do pedido.

Promessa

A AGU ponderou, ainda, que o contingenciamento não significa anulação da verba, uma vez que os recursos poderão ser gradativamente desbloqueados para repasse, de acordo com a evolução da receita – o que, inclusive, já ocorreu com a edição do Decreto nº 9.809/19, que recompôs parcialmente os limites de movimentação financeira do Ministério da Educação no montante de R\$ 1,58 bilhão.

Por fim, a Advocacia-Geral assinalou que “o direito à educação deve ser exercido em conformidade com as regras orçamentárias e que não cabe ao Poder Judiciário substituir o administrador público na definição de como as políticas públicas serão executadas”.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Brasil tem baixa taxa de escolarização superior, diz sindicato

Em 2017, a taxa de matrículas dos estudantes estava em torno de 17,8%. Ensino à Distância é a modalidade que mais cresce em todo o país

O Mapa do Ensino Superior no Brasil, lançado pelo Semesp (Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo),

mostrou uma baixa taxa de escolarização líquida, que estima o percentual de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em relação ao total da população nessa mesma faixa etária.

Em 2017, a taxa ficou em torno de 17,8%. No ano anterior, a taxa era de 18,5%.

O Maranhão teve a menor taxa de escolarização líquida do país, com 10,6% dos jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior. O Semesp ressalta que, apesar dessa baixa taxa, o número de matrículas no ensino superior cresceu em 2017 em relação a 2016, passando de 8,05 milhões para 8,29 milhões, aumento de 3% nas matrículas.

Esses valores somam matrícula de alunos das redes privada e pública e das modalidades presencial e ensino à distância (EAD).

A entidade avalia que esse crescimento foi puxado, principalmente, pelo aumento do número de matrículas na modalidade EAD, já que a modalidade presencial teve pequena queda de 0,4%.

Ensino a distância

Nas matrículas dos cursos a distância, de 2016 para 2017, o crescimento chegou a 17,7%, seguindo a tendência de aumento registrada nos anos anteriores.

Em 2017, foram 1,76 milhão de alunos ante 1,49 milhão de 2016, com mais alunos tanto na rede privada (16%) quanto na pública (36,9%).

No ano de 2017, as instituições de ensino superior (IES) somavam 2.448, sendo 2.152 privadas e 296 da rede pública.

Do total de IES privadas, 63,2% são de pequeno porte e contam com menos de 3 mil matrículas. Já 16,8% são de porte gigante, com mais de 20 mil matrículas, incluindo cursos presenciais e EAD.

O número de estudantes ingressantes no 1º ano dos cursos teve aumento em 2017 tanto na modalidade presencial quanto EAD. Nos cursos presenciais, o crescimento foi de 0,5%, passando de 2,14 milhão de estudantes em 2016 para 2,15 milhões em 2017. No ensino a distância, o aumento foi mais expressivo, de 27,3%, passando de 843,2 mil para 1,07 milhão, no mesmo período.

O número de estudantes concluintes, aqueles que se formaram no ensino superior, cresceu 0,9% em cursos presenciais e 9,5% em cursos EAD no comparativo entre 2016 e 2017.

A taxa de evasão dos cursos presenciais chegou a 25,9% em 2017, menor do que a de 2016 (27,2%). Nos cursos a distância, ela também caiu, passando de 36,1% para 34,3%.

A mobilidade dos alunos para outros cursos na mesma modalidade ou modalidade diferente, que é mensurada pela taxa de migração, teve queda em 2017 em relação ao ano anterior no caso dos cursos presenciais (de 24,7% em 2016 passou para 24,4%). Já nos cursos à distância, essa taxa aumentou de 28,9% em 2016 para 32,1% em 2017.

Fies

Os dados do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo incluem números atualizados sobre o programa Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), do governo federal.

Em 2017, 5,7% dos ingressantes do ensino superior em IES privadas tinham este programa do governo como financiamento estudantil. Esse número caiu 15,6% em relação a 2016, seguindo uma tendência de queda, segundo o sindicato, que vem sendo registrada desde 2015.

De acordo com dados do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, o FIES tem cerca de 2,26 milhões de contratos ativos, sendo 1,26 milhão em curso e 511 mil evadidos, ou seja, com mais de dois aditamentos não realizados.

Segundo o Semesp, a previsão para 2019 é de aproximadamente 100 mil vagas no programa. Em 2018, foram 82 mil novos contratos, o que significa uma queda de 51,2% em comparação com 2017, além de cerca de 2 mil contratos na modalidade P-FIES.

Pessoas com deficiência

Pela primeira vez, o Mapa do Ensino Superior trouxe informações sobre a representatividade de pessoas com deficiência nas matrículas do ensino superior, totalizando quase 40 mil matrículas em 2017: 25,2 mil nas IES privadas (63,2% do total) e 14,7 mil nas públicas (36,8%).

O sindicato ressalta que esses números têm crescido nos últimos anos. De 2009 até 2017, houve um aumento de 89,8% no número de matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior do país. No total de matrículas de Pessoa com Deficiência (PcD), 14,5 mil (36,3%) são representadas por algum tipo de deficiência física.

Instituições de ensino

Apesar da taxa de escolarização líquida entre os jovens de 18 a 24 anos ser considerada baixa pelo Semesp (17,8%), houve aumento de 1,7% no número de instituições de ensino superior entre os anos 2016 e 2017, passando de 2.407 para 2.448. Do total, 2.152 são da rede privada, responsável pelo crescimento, porque a rede pública manteve as mesmas 296 instituições de 2016.

Segundo observou o Semesp, o aumento do número de IES vem sendo acompanhado desde 1998, quando havia 973 unidades. Desde então, o crescimento foi de 151,6% em relação aos dados mais atualizados de 2017. A rede privada representa 88% do total das instituições de ensino do país.

[topo](#)

R7 - TEMPO REAL

TRF1 mantém contingenciamento de verbas de universidades

Presidente do tribunal entendeu que não há ilegalidades no bloqueio que também ocorreu nos demais órgãos do Executivo O post TRF1 mantém contingenciamento de verbas de universidades apareceu primeiro em Jornal Opção.

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) aceitou na última quarta-feira, 12, recurso da Advocacia-Geral da União (AGU) e derrubou a decisão da Justiça Federal da Bahia que suspendeu, na semana passada, o contingenciamento de verbas de

universidades federais e de outras instituições públicas de ensino.

Na decisão, o desembargador Carlos Moreira Alves, presidente do tribunal, entendeu que não há ilegalidades no bloqueio temporário de recursos, que também ocorreu nos demais órgãos do Poder Executivo, não somente no Ministério da Educação, segundo o magistrado.

“A programação orçamentária e financeira não afetou apenas a área da Educação, mas a de todos os demais ministérios do Poder Executivo, deixando ver a impessoalidade da medida necessária para a busca do equilíbrio fiscal e do aprimoramento da gestão dos recursos públicos, indispensável para o alcance da estabilidade econômica do país”, decidiu o desembargador.

Na sexta-feira (7), a juíza Renata Almeida de Moura, da 7ª Vara Federal de Salvador, atendeu a pedido feito em oito ações populares contra o contingenciamento de verbas, que foi anunciado pelo governo federal no fim de abril. Em todos os casos, há questionamento acerca do volume de bloqueios, bem como em relação aos critérios adotados pelo MEC na distribuição dos limites orçamentários.

AGU

No pedido de derrubada da liminar, a AGU citou que o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 1º Bimestre de 2019 indicou a necessidade de contingenciar R\$ 29,6 bilhões no âmbito do Poder Executivo Federal. “Desta forma, foi editado o Decreto nº 9.741/19, que afetou não somente a Educação, mas todos os ministérios – o da Defesa, por exemplo, teve 52,3% dos recursos para despesas discricionárias bloqueados”, divulgou, em nota, o órgão.

A AGU argumenta que o bloqueio foi feito em estrito cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que o Poder Público deve limitar a movimentação financeira sempre que a arrecadação não for compatível com as metas de resultado primário ou nominal e avalia que este seria o caso de aplicação da lei.

O post TRF1 mantém contingenciamento de verbas de universidades apareceu primeiro em Jornal Opção.

[topo](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Brasil tem baixa taxa de escolarização superior, diz sindicato

O Mapa do Ensino Superior no Brasil, lançado hoje (13) pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo (Semesp), mostrou uma baixa taxa de escolarização líquida, que estima o percentual de jovens de 18 a 24 anos matriculados no ensino superior em relação ao total da população nessa mesma faixa etária.

Em 2017, a taxa ficou em torno de 17,8%. No ano anterior, a taxa era de 18,5%.

O Maranhão teve a menor taxa de escolarização líquida do país, com 10,6% dos jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior. O Semesp ressalta que, apesar dessa baixa taxa, o número de matrículas no ensino superior cresceu em 2017 em relação a 2016, passando de 8,05 milhões para 8,29 milhões, aumento de 3% nas matrículas.

Esses valores somam matrícula de alunos das redes privada e pública e das modalidades presencial e ensino à distância (EAD).

A entidade avalia que esse crescimento foi puxado, principalmente, pelo aumento do número de matrículas na modalidade EAD, já que a modalidade presencial teve pequena queda de 0,4%.

Ensino a distância

Nas matrículas dos cursos a distância, de 2016 para 2017, o crescimento chegou a 17,7%, seguindo a tendência de aumento registrada nos anos anteriores.

Em 2017, foram 1,76 milhão de alunos ante 1,49 milhão de 2016, com mais alunos tanto na rede privada (16%) quanto na pública (36,9%).

No ano de 2017, as instituições de ensino superior (IES) somavam 2.448, sendo 2.152 privadas e 296 da rede pública.

Do total de IES privadas, 63,2% são de pequeno porte e contam com menos de 3 mil matrículas. Já 16,8% são de porte gigante, com mais de 20 mil matrículas, incluindo cursos presenciais e EAD.

O número de estudantes ingressantes no 1º ano dos cursos teve aumento em 2017 tanto na modalidade presencial quanto EAD. Nos cursos presenciais, o crescimento foi de 0,5%, passando de 2,14 milhão de estudantes em 2016 para 2,15 milhões em 2017. No ensino a distância, o aumento foi mais expressivo, de 27,3%, passando de 843,2 mil para 1,07 milhão, no mesmo período.

O número de estudantes concluintes, aqueles que se formaram no ensino superior, cresceu 0,9% em cursos presenciais e 9,5% em cursos EAD no comparativo entre 2016 e 2017.

A taxa de evasão dos cursos presenciais chegou a 25,9% em 2017, menor do que a de 2016 (27,2%). Nos cursos a distância, ela também caiu, passando de 36,1% para 34,3%.

A mobilidade dos alunos para outros cursos na mesma modalidade ou modalidade diferente, que é mensurada pela taxa de migração, teve queda em 2017 em relação ao ano anterior no caso dos cursos presenciais (de 24,7% em 2016 passou para 24,4%). Já nos cursos à distância, essa taxa aumentou de 28,9% em 2016 para 32,1% em 2017.

FIES

Os dados do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo incluem números atualizados sobre o programa Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do governo federal.

Em 2017, 5,7% dos ingressantes do ensino superior em IES privadas tinham este programa do governo como financiamento estudantil. Esse número caiu 15,6% em relação a 2016, seguindo uma tendência de queda, segundo o sindicato, que vem sendo registrada desde 2015.

De acordo com dados do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, o FIES

tem cerca de 2,26 milhões de contratos ativos, sendo 1,26 milhão em curso e 511 mil evadidos, ou seja, com mais de dois aditamentos não realizados.

Segundo o Semesp, a previsão para 2019 é de aproximadamente 100 mil vagas no programa. Em 2018, foram 82 mil novos contratos, o que significa uma queda de 51,2% em comparação com 2017, além de cerca de 2 mil contratos na modalidade P-FIES. Pessoas com deficiência

Pela primeira vez, o Mapa do Ensino Superior trouxe informações sobre a representatividade de pessoas com deficiência nas matrículas do ensino superior, totalizando quase 40 mil matrículas em 2017: 25,2 mil nas IES privadas (63,2% do total) e 14,7 mil nas públicas (36,8%).

O sindicato ressalta que esses números têm crescido nos últimos anos. De 2009 até 2017, houve um aumento de 89,8% no número de matrículas de pessoas com deficiência no ensino superior do país. No total de matrículas de Pessoa com Deficiência (PcD), 14,5 mil (36,3%) são representadas por algum tipo de deficiência física.

Instituições de ensino

Apesar da taxa de escolarização líquida entre os jovens de 18 a 24 anos ser considerada baixa pelo Semesp (17,8%), houve aumento de 1,7% no número de instituições de ensino superior entre os anos 2016 e 2017, passando de 2.407 para 2.448. Do total, 2.152 são da rede privada, responsável pelo crescimento, porque a rede pública manteve as mesmas 296 instituições de 2016.

Segundo observou o Semesp, o aumento do número de IES vem sendo acompanhado desde 1998, quando havia 973 unidades. Desde então, o crescimento foi de 151,6% em relação aos dados mais atualizados de 2017. A rede privada representa 88% do total das instituições de ensino do país.

topo 

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

**Brasil perde bilhões por ineficiência em educação, diz ex-cotado ao MEC
Mozart Neves Ramos (à esq) em foto de 2011, durante audiência na Câmara;
especialista diz que programas paralisados na esfera federal podem afetar a já
deficiente educação brasileira Imagem: Ag Câmara**

Mozart Neves Ramos, diretor do Instituto Ayrton Senna que chegou a ser convidado para ser ministro de Bolsonaro, diz que MEC ainda é transatlântico que não encontrou rumo cuja paralisação pode causar ainda mais retrocessos à educação do país.

A ineficiência, a reprovação de alunos e o abandono escolar custam ao Brasil, por ano, mais de R\$ 30 bilhões, desde a educação básica até o ensino superior, diz Mozart Neves Ramos, diretor de articulação e inovação do Instituto Ayrton Senna e um dos maiores especialistas em educação pública do país.

Ele explica que esse número se refere ao gasto de dinheiro com alunos que entram nas primeiras séries e avançam na vida escolar sem obter o aprendizado adequado - ou, o que é pior, abandonam a escola no meio do caminho.

Ramos avalia, também, que o atual cenário de "paralisação" no Ministério da Educação

(MEC) pode gerar ainda mais retrocessos. "É um transatlântico, só que está parado procurando rumo", diz sobre o Ministério.

Ramos tem quatro décadas de experiência na educação. Foi reitor da Universidade Federal de Pernambuco, secretário de Educação do mesmo Estado e hoje está no Instituto Ayrton Senna, além de ser autor de livros sobre o tema - o mais recente, *Sem Educação Não Haverá Futuro* (ed. Moderna/Fundação Santillana), acaba de ser lançado.

Ele contou em abril ao programa Roda Viva, da TV Cultura, que chegou a ser convidado (e a aceitar) ao cargo de ministro da Educação do então presidente eleito Jair Bolsonaro em novembro do ano passado, mas seu nome acabou sendo vetado pela bancada evangélica, próxima ao governo.

Na segunda-feira (10/6), em São Paulo, Ramos participou do lançamento de um projeto de alfabetização do Instituto Ayrton Senna, que visa a melhorar os maus índices de alfabetização brasileiros e ao mesmo tempo estimular o desenvolvimento de habilidades socioemocionais nas crianças.

Em entrevista à BBC News Brasil, o especialista explica como atrasos na alfabetização prejudicam toda a cadeia da educação e defende que as universidades proponham uma agenda para melhorar a formação de professores, um grande gargalo da educação do país. Veja os principais trechos da entrevista:

BBC News Brasil - Qual o diagnóstico que levou vocês (do Instituto Ayrton Senna) a pensarem em um plano de alfabetização?

Mozart Neves Ramos - É o impacto da não alfabetização das crianças na idade certa em relação ao futuro de qualquer país. Entre as crianças brasileiras que concluem o terceiro ano do ensino fundamental (e algumas já com nove anos), 55 de cada 100 não sabem ler, contar e escrever adequadamente para essa fase da sua vida escolar. O que naturalmente pode comprometer seu futuro escolar nas etapas seguintes.

Quando a alfabetização não se realiza na idade certa, os impactos imediatos são crianças que não conseguem progredir nos estudos e tendem a não entrar para os chamados "nem-nem", que não estudam nem trabalham. A ponta do iceberg de todo o fracasso escolar é a não alfabetização adequada na idade certa.

O que nos preocupa é que precisamos da alfabetização tradicional para resolver esse mau desempenho do Brasil, mas entendemos que o mundo atual e futuro vai exigir outras qualidades (das crianças). O Conselho Nacional de Educação (órgão que auxilia o MEC) percebeu a importância dessa cooperação com o Instituto Ayrton Senna, que faz um trabalho (de estímulo) às competências socioemocionais, como criatividade, pensamento crítico, colaboração, comunicação, inovação.

BBC News Brasil - É preciso um olhar mais individualizado à criança e menos massificado no que diz respeito à alfabetização?

Ramos - Principalmente para uma criança em situação delicada, por exemplo, que já tem 10, 12 anos de idade e não está plenamente alfabetizada. Ela tem grandes chances de abandonar a escola, porque já acumulou um certo fracasso escolar.

A gente precisa melhorar a autoestima e a autoconfiança dela, competências importantes para que possa acreditar nela mesma e saber que é possível superar suas dificuldades e dar seguimento à vida escolar e pessoal com sucesso.

BBC News Brasil - A alfabetização na idade certa é uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE, conjunto de 20 metas para educação aprovadas em lei em 2014, com validade até 2024), que estão muito distantes de serem cumpridas. Como avalia o plano até agora? Ele está escanteado ou ainda dá para dizer que temos metas de educação para 2024?

Ramos - Lamentavelmente, algumas metas já deveriam ter sido alcançadas em 2016, por exemplo a universalização (da educação) para crianças de 4 a 17 anos. As metas não foram alcançadas, e de quem é essa responsabilidade?

Acho que uma das grandes fragilidades do PNE é a ausência de responsabilização. Enquanto a gente não tiver clareza do papel de cada um dos entes federativos em relação ao cumprimento das metas e as consequências atreladas a isso, acho que o plano perde força política.

Veja, nós falamos hoje (no evento) sobre o exemplo do Ceará (que tem índices de alfabetização superiores à média do país), de seu regime de colaboração e seu esforço em alfabetizar aos sete anos de idade. Mas tem um ponto que é muito importante: a distribuição (do dinheiro) do ICMS do Ceará (aos municípios) não é de acordo com o número de crianças matriculadas (nas escolas de cada município), mas com base no número de crianças alfabetizadas. Isso decorre de um sistema de avaliação anual, e os prefeitos recebem dinheiro de acordo com o percentual de crianças alfabetizadas.

BBC News Brasil - Ou seja, vincular a verba ao cumprimento de uma meta.

Ramos - Exatamente, dando responsabilidade maior a quem é de direito - o prefeito, de ter de fato uma política que alfabetize as crianças. Quando há consequência, o prefeito, o ministro ou o governador olha com outro olhar. Quando não tem consequência, a meta não é minha, não é sua. E não é alcançada. E o PNE vai perdendo prestígio social, político e não é levado a sério como deveria ser, por se tratar de uma lei.

BBC News Brasil - Você acha que a questão da responsabilização acaba gerando diversos fracassos?

Ramos - O problema do Brasil não é legislação, e nem é tanto o financiamento, como alguns costumam atribuir. O Brasil praticamente triplicou o (gasto) per capita com alunos de 2000 a 2015 na educação básica - era de R\$ 2.100 e hoje é R\$ 6.300. Mas se a gente olha principalmente para os anos finais (do ensino fundamental) e para o ensino médio, nada aconteceu. Temos um percentual grande de crianças não alfabetizadas. Entendo que a (ausência de) gestão, de cumprimento de metas e de responsabilização clara torna fragilizada a política pública. Deveria haver consequência e identificação clara de quem é o responsável pelo não cumprimento de uma meta.

BBC News Brasil - Mesmo a responsabilização individual?

Ramos - A gente não tem uma lei de responsabilização, mas vou te dar um exemplo desse meu pensamento. Quando fui reeleito reitor da Universidade Federal de Pernambuco, fui ao Tribunal de Contas da União, que julga as contas do reitor, e pedi que eles analisassem as minhas contas não somente pelo aspecto contábil, mas com base nos indicadores de desempenho. Disse que queria profissionalizar minha gestão e gostaria que o TCU avaliasse se estava cumprindo as metas propostas no meu plano anual. Eles mandaram técnicos para a Inglaterra para se qualificarem para avaliar desempenho de instituições de ensino superior.

Gastar dinheiro público corretamente não é mérito, é obrigação. Mas gastar com eficiência, eficácia e efetividade é um grande mérito. E precisamos saber identificar aquele gestor que tem seu mérito nisso, seja no campo estadual, municipal e federal, para separar o joio do trigo.

BBC News Brasil - Vivemos um momento de contingenciamento no MEC, em que a priorização de gastos está em debate. O que devemos priorizar, e como valorizar a educação básica - plano do atual governo - sem sucatear a universidade pública, alvo do contingenciamento?

Ramos - A prioridade tem de ser educação básica, mas sem criar uma situação de (impedimento) de funcionamento das universidades, que poderiam melhorar em eficiência e ter um maior compromisso com a formação de professores. Bolsa (de estudos), por exemplo, não se contingencia. Isso significa a perda do aluno, que não vai poder esperar melhorar a economia (para voltar a estudar). Ele precisa pagar aluguel, se alimentar. Quando esse tipo de contingenciamento chega às bolsas de pós-graduação, é grave, porque o futuro do Brasil passa de pesquisa de bom nível.

(Mas) te dou um número: de cada 100 crianças que começam a primeira série do ensino fundamental, somente a metade chega ao final do terceiro ano do ensino médio. A gente perde 50% das crianças ao longo do percurso, e as que chegam ao final têm índices de aprendizagem muito baixos. De cada cem que concluem o ensino médio, só sete aprenderam o que seria esperado em matemática e 28 em língua portuguesa.

No ensino superior, a gente vê a mesma coisa, no público e no particular. Se a gente vê o número de ingressantes e concluentes, vê que a produtividade das universidades brasileiras é de 50%. Hoje, entram cerca de 1,8 milhão de alunos ano no ensino superior - deveriam sair, portanto, daqui a cinco anos, 1,8 milhão (de formandos). Mas saem 900 mil, 800 mil.

A gente perde, desde a educação básica, por ineficiência, reprovação e abandono algo em torno de R\$ 27 bilhões por ano. Só a perda por abandono no ensino superior público é de R\$ 5 bilhões por ano; e R\$ 6 bilhões por ano no privado.

O que quero dizer com isso é que o Brasil tem uma ineficiência tão grande que a gente perde, só na área pública, R\$ 33 a 35 bilhões por ano.

Eu faria algo diferente: chamaria as universidades públicas e pediria a elas uma agenda de eficiência. Vocês podem me propor como melhorar o abandono (escolar) e se comprometer com melhorar a educação básica que passe pela formação de professores, que é muito ruim no Brasil. Me tragam uma formação que faça efeito no chão de escola,

com base em evidências e uma melhoria na própria eficiência do sistema, que também é muito ruim, formando só metade de quem entra.

BBC News Brasil - Onde estão essas ineficiências, esses gargalos?

Ramos - No ensino superior, são fatores diferentes no público e no privado. Mas o que há em comum entre eles é a baixa qualidade dos alunos que entram na universidade, que chegam com muitos déficits de aprendizagem. Os dois primeiros anos (na universidade) sentem muito o impacto desse déficit, principalmente em cursos com alto índice de matematicidade, como engenharias, economia, administração.

Mas há outros fatores também, na forma de ingresso. O aluno está no meio da sua formação juvenil, estão mudando seu corpo, sua cabeça, seus valores. E às vezes ele faz uma escolha que percebe que não era aquilo que ele queria. Me deparei com muitos alunos assim nos meus 37 anos em universidade federal.

E há as demandas do mercado. Veja alunos de informática: com dois anos e meio de curso, eles já têm competências que lhe garantem postos no mercado de trabalho, ganhando às vezes mais do que o professor que dá aula para eles. Vi isso na UFPE. O mundo laboral está mudando muito, e às vezes o jovem (desanima em) ficar quatro ou cinco anos estudando; a universidade já não é aquele sonho dourado do passado.

No setor privado, há outro fator: com o desemprego e a economia (ruim) e o Fies (programa federal de financiamento de gastos universitários) com uma grande redução de contratos, como o aluno de baixa renda vai entrar no ensino superior privado?

Por isso esse setor está olhando muito para o EAD (ensino à distância), em que o custo por aluno é menor. É um caminho, e acho que o caminho futuro é o ensino híbrido, com algumas disciplinas online e outras presenciais.

BBC News Brasil - Mas é possível que tenhamos uma precarização ainda maior nesse setor por conta disso? Na formação de professores, por exemplo, fala-se como o EAD é deficitário, desassociado da prática e do chão da escola. E o ministro (da Educação Abraham Weintraub) sinalizou apoio ao ensino superior privado.

Ramos - Sendo franco, estou muito preocupado. Quando era pró-reitor acadêmico, na década de 1990, lutei muito pelas licenciaturas (cursos para formação de professores) à noite, porque as diurnas eram ociosas. Boa parte dos interessados já trabalhavam e tinham que estudar à noite.

Qual foi o grande problema: é que se a gente quiser uma formação com residência pedagógica, como fazer com alunos trabalhadores que estudam à noite com menos horas de tempo de estudo? E o aluno aprende também com iniciação científica, iniciação à docência, atividades que complementam a formação e fixam o aluno na universidade. O aluno à noite não tem como fazer. É uma preocupação como vamos sair dessa encruzilhada. Não é um problema de horas, mas de como qualificar essas horas (da formação de professores), como fazer residência pedagógica.

BBC News Brasil - No momento atual corremos o risco de retrocessos na educação, por essa combinação de contingenciamento e dificuldade de interlocução (no MEC)?

Ramos - O Brasil vive uma crise econômica grave, e o presidente (Jair Bolsonaro) tem falado abertamente disso. Não sei até que ponto isso tem a ver com a aprovação da reforma da Previdência, como mecanismo de pressão. Mas o sistema privado passa por um momento complicado por causa do Fies.

Na área pública, já vem de algum tempo - e não é desse governo - a redução líquida dos orçamentos (das universidades federais). E o modelo de gestão ainda é muito arcaico. Se pelo menos as universidades (federais) tivessem mais autonomia, como fazem as universidades paulistas (USP, Unesp, Unicamp), que recebem percentual do ICMS e constroem seus orçamentos. Acho que as universidades vão precisar se reinventar, ter o apoio da sociedade e dos parlamentares no Congresso para sobreviver a esse momento.

BBC News Brasil - Na educação básica, ouvi de escolas da rede estadual e municipal dificuldade em se planejar, livros didáticos que às vezes chegam, às vezes não. Pode haver retrocessos também na educação básica?

Ramos - Sim, porque passados seis meses de governo tivemos dois ministros; órgãos importantes como o Inep (que realiza o Enem e demais avaliações da educação) já tiveram três técnicos (em seu comando) e ainda não temos a cara da área de educação do governo Bolsonaro. Qual a política e os fluxos delas, para que efetivamente as redes estaduais e municipais possam (funcionar) com o complemento de renda da União? Programas paralisados podem ter um impacto negativo na já baixa qualidade da educação de hoje.

Óbvio que o problema não é só financeiro, mas (precisamos) resolver a questão financeira, que é grave para alguns municípios - embora haja muito problema de gestão, desperdício e desvio de dinheiro em uma parcela importante de municípios.

BBC News Brasil - Sobre o Fundeb (fundo federal que financia a maior parte da educação básica pública e que, por lei, deixa de valer no ano que vem), como podemos melhorar esse mecanismo?

Ramos - Esperamos que o Fundeb seja renovado, algo que não é tão simples. A gente já está no meio do ano, e (por se tratar de) uma emenda na Constituição precisa de duas votações sucessivas com quórum qualificado, para renovar ainda neste ano (ou seja, precisa ser aprovada em dois turnos no Plenário da Câmara dos Deputados, com ao menos 308 votos). Não é trivial e tem que ser aprovado agora.

Além disso, a gente espera - embora seja difícil, porque o clima econômico não está ajudando - incorporar ao Fundeb parâmetros de qualidade, como os do Ceará, para estimular resultados. E mais: aumentar a participação da União, que só coloca 10% (nos recursos do Fundeb). Há um movimento para que chegue a 15%, mas com o atual clima econômico e a agenda do Congresso travada pela Previdência, vai ser preciso ter muita articulação e boa vontade.

BBC News Brasil - Muitas ações do MEC têm sido lastreadas por justificativas de "balbúrdia", "doutrinação", "ideologia em sala de aula". O que você, com sua experiência em educação, vê de consistente nisso, ou isso atrapalha a realização de políticas concretas?

Ramos - Olha, fui reitor por oito anos de uma grande universidade, a UFPE. O clima na época já era complexo, mas a universidade sempre foi da vanguarda de uma política mais à esquerda mesmo. Nunca fui filiado a nada, nunca tive participação expressiva no campo político. Sempre fui acadêmico, técnico, mas aprendi a ouvir as pessoas e a entender que a posição diferente da minha poderia me ajudar a ampliar minha visão de mundo.

Quando o MEC fica nesse negócio de "escola sem partido", "ideologia de gênero", "balbúrdia em universidade", deveria na verdade estar preocupado na internacionalização da universidade, em criar mecanismos para mobilidade de estudante, dupla titulação, criar convênios de cooperação com universidades de renome para trocas de professores e alunos, criar plano estratégico com base em metas e resultados.

Se ela (universidade) tem uma visão mais política mas está cumprindo seu papel social, pouco me interessa. Sempre disse que não estou preocupado que as pessoas pensem como eu penso, estou preocupado que façam o que a sociedade espera delas. Se elas fizerem, estarão fazendo para a sociedade, e portanto para mim também. A gente (na UFPE) não ficava preso a uma situação em que todo mundo tinha que pensar igual para a universidade funcionar.

Dei títulos de professor emérito a pessoas mais à direita porque representavam certo setor da universidade, e também ao professor Paulo Freire, que hoje está sendo tão questionado pelo atual Ministério da Educação. Tive o maior prazer, privilégio e honra de dar a Paulo o título de professor emérito da UFPE.

A universidade é plural, jovem é rebelde mesmo, e faz parte (ter) a capacidade de dialogar com esse jovem, não confrontá-lo. O jovem precisa ter voz e entendimento que essa voz pode ter uma influência positiva na universidade e na sociedade. É preciso ter tolerância e uma agenda mais propositiva e menos de enfrentamento.

BBC News Brasil - Em entrevista ao programa Roda Viva, dois meses atrás, você comparou o MEC a um transatlântico. Acha que esse transatlântico já achou um rumo, ou está à deriva?

Ramos - Ele ainda é um transatlântico, só que está parado procurando rumo, para onde eu vou?. A própria Secretaria de Educação Básica, de modo até interessante, convidou o terceiro setor, a Consed (Conselho de Secretários Estaduais da Educação) e a Undime (União dos Dirigentes Municipais da Educação) para pensar suas estratégias, mostrando que ainda está pensando onde vou colocar minhas fichas.

Se por um lado isso retrata uma coisa muito positiva, de chamar os atores da sociedade para construir juntos - e acho que isso foi uma jogada bem legal do MEC -, isso mostra também uma paralisia. Mostra que ainda não está funcionando. Então, continua sendo um transatlântico, porque tem muitos programas, (abrangendo) coisas que deveriam ser dos Estados e municípios, mas que está parado ou andando muito lentamente.